



PPPA

FAZER AGORA, CONSTRUIR O FUTURO | PLANO PLURIANUAL 2020.2023



PLANEJAMENTO
Secretaria de Estado
do Planejamento / SEPLAN

Piauí
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

José Wellington Barroso de Araújo Dias
GOVERNADOR

Maria Regina Sousa
VICE-GOVERNADORA

Antonio Rodrigues de Sousa Neto
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ

Rejane Tavares
SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E TERRITORIAL

Edilene Facundes
SUPERINTENDENTE DE ORÇAMENTO E OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Superintendência de Planejamento
Estratégico Territorial

Amália Rodrigues de Almeida
Carlos Eduardo Carvalho Batista
Carlos Eduardo de Sousa Silva
Caroline Rodrigues de Sousa
Cícera Romana Andrade
Clécio Moreira Lopes
Conceição de Maria dos Santos Moura
Erasmus Carlos Viana Passos
Francisco Helito da Silva
Gabriel Eduardo Favero
Gecivaldo José da Gama
Geminiano Viana de Sena
Jairo de Oliveira Chagas Júnior
Janice Maria de Jesus
Joniel Jonny da Cunha Lopes
Jorge Luís Machado de Sousa
Karol Jeffersson Alves de Sousa
Leôndidas Freire Silva Junior
Levi Lustosa de Araújo
Maria do Socorro Nascimento
Maria dos Ramos Brito
Mathias Gomes Marques Machado Junior
Moisés Alves Miranda
Raimunda Maria da Silva Melo
Tiago Ferreira de Sousa Neto

Superintendência de Orçamento e
Operações de Crédito

Ana Célia de Sousa Silva
Angela Maria de Fátima S. F. Moura
Antonio Fernando Barbosa
Bruno Leonardo Alves Ribeiro
Célia Moura Araújo
Célio de Sousa Pitanga
Eduardo Nonato M. Nobre
Felipe Gustavo Miranda Pereira
Francisca Mendes de Araújo
Francisco Vagner Ximenes Martins
Maíra Rolim
Maria Cleoneide Braga Moraes
Maria Ozeni Batista de Moura
Salvador Lopes Neto
Waldiney Viana Fernandes

Equipe Técnica de Elaboração

Amália Rodrigues de Almeida
Caroline Rodrigues de Sousa
Cícera Romana Andrade
Clécio Moreira Lopes
Conceição de Maria dos Santos Moura
Elissa Rasma
Gabriel Eduardo Favero
Gisele de Araújo Oliveira
Jairo de Oliveira Chagas Júnior
Leôndidas Freire Silva Junior
Salvador Lopes Neto
Sérgio Britto
Tiago Ferreira de Sousa Neto
Waldiney Viana Fernandes

Foto (capa) - Paulo Barros
Fotos (miolo) - CCOM e Assessorias de Comunicação
Tratamento de Fotos - Nilmar Pinheiro da Silva Morais
Diagramação - Lis Andrade Melo

Mensagem do Governador	5
Projeto de Lei do PPA	7
Anexo I – Base Estratégica	13
1. Metodologia de Elaboração e Abordagem Participativa	14
2. Desafios Socioeconômicos do Piauí	18
2.1 Educação e Cultura	20
2.2 Assistência Social	23
2.3 Segurança	24
2.4 Saúde	27
2.5 Desenvolvimento Econômico e Geração de Renda	29
2.6 Infraestrutura Social e Produtiva	33
2.7 Meio Ambiente	36
3. Visão de Futuro	39
4. Metas para 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	41
5. Fazer Agora e Construir o Futuro	45
5.1 Programas, Contextualização, Objetivos, Indicadores, Diretrizes e Ações Orçamentárias	46
6. Números do PPA	102
7. Considerações Finais	105

fazer AGORA construir o FUTURO

Mensagem do Governador

Tenho a honra de entregar nesta Casa o Plano Plurianual 2020-2023 – Fazer Agora/ Construir o Futuro. Um PPA novo, com uma nova metodologia que prepara o Piauí de hoje para um futuro sustentável. Planejar, no Brasil de hoje, é fundamental para definir as estratégias que garantam uma passagem minimamente segura em tempos de turbulências e incertezas.

Pensando na austeridade que o momento exige, foi incorporada pelo Estado a metodologia de Orçamento por Resultado, que vincula de forma sistemática o planejamento, o orçamento e o monitoramento, induzindo, assim, os órgãos e secretarias do governo a aplicarem seus recursos direcionados para resultados concretos, mensuráveis e com entregas bem definidas à sociedade. Para tanto, serão assinados Contratos de Gestão com os gestores de todas as áreas do governo.

O PPA materializa o planejamento do Estado construído a partir da análise dos desafios estratégicos, definição de eixos de atuação, construção de programas temáticos com seus objetivos e diretrizes setoriais, além de ações orçamentárias a serem executadas pelo Estado no período de 2020-2023, objetivando atingir o IDH 0,7, no ano de 2023.

O período demarcado pelo PPA 2020-2023 será a base para a construção de um futuro sustentável, com inclusão social, aproveitamento das riquezas disponíveis e eficiência na aplicação dos recursos. Servirá de mola propulsora para contribuir com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Desenvolvimento sustentável demanda um esforço conjunto para a construção de um futuro inclusivo, resiliente e de modo responsável para todas as pessoas e todo o planeta. Para se alcançar esse desenvolvimento, deve-se harmonizar três elementos centrais: crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente. Estes elementos são interligados e fundamentais para o bem-estar dos indivíduos e das sociedades.

Erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões é um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Para esse fim, deve haver a promoção de um crescimento econômico pautado em bases sustentáveis, inclusivo e equitativo, criando melhores oportunidades para todos, reduzindo as desigualdades, elevando padrões básicos de vida, estimulando a inclusão e o desenvolvimento social justo promovendo, assim, o gerenciamento integrado e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas.

O Piauí registrou avanços significativos nas duas últimas décadas. Avançou expressivamente no IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – entre 1991 e 2010, sendo o segundo Estado que mais elevou o índice, perdendo apenas para o Tocantins. Este avanço é a construção da estrada para o futuro. Mas ainda há muito que superar para atingir a meta de IDH muito alto (0,80), em 2030.

Entre os anos de 2002 a 2016, o Piauí foi o quinto Estado com melhor desempenho acumulado do PIB, registrando crescimento de

72,7, no período, sendo a economia que mais cresceu na região Nordeste.

O principal estímulo ao crescimento da participação relativa do estado do Piauí no PIB nacional deveu-se à expansão acumulada de 133,2% no produto industrial, seguido de 51,8% no setor de serviços e de 0,4% na produção agropecuária.

A mudança produtiva identificada no Piauí tem proporcionado tanto a ampliação positiva no nível do emprego formal, com crescimento de 121,7%, como a elevação da taxa de formalização nas ocupações de 32,7%, em 2014, para 40,5%, em 2017.

Novas tecnologias foram incorporadas ao modelo de crescimento do Estado: energias limpas e renováveis, dinâmicas de inclusão produtiva a partir do estímulo ao empreendedorismo e iniciativas inovadoras. Assim como a valorização dos grupos sociais considerados minoritários e a promoção do diálogo entre sociedade, poder público e setor privado.

Dentro dessa perspectiva, o crescimento desejado vai além de direcionar esforços isolados para novas dinâmicas econômicas, prevê a conservação dos recursos naturais ou dos ecossistemas específicos, exige a redefinição dos princípios e do modo de reprodução política, econômica e social – na tentativa de ressignificar a relação entre a sociedade e os recursos disponíveis. Trata-se de um processo de construção e reconstrução de um novo paradigma econômico, que se contrapõe ao clássico paradoxo sobre o qual se encontra fundamentado o modelo de crescimento dominante: satisfazer desejos humanos infinitos em um mundo com recursos naturais limitados.

Assim, ainda que a compreensão sobre a dimensão ambiental e social exija uma abordagem holística entre os diferentes setores que compõem a sociedade, por um artifício didático, o presente documento se apoia na segmentação de informações em função das *áreas de competência* da administração pública

– cabendo ao presente PPA apresentar informações relacionadas ao ambiente natural do Piauí, suas relações sociais, além dos serviços necessários para promover um crescimento equitativo e inclusivo.

As informações apresentadas, neste documento, constituíram, em parte, os elementos orientadores para a elaboração dos objetivos, das diretrizes e das ações dos órgãos e secretarias que compõem o governo, pois os efeitos apresentam relações diretas com o modelo de desenvolvimento de Estado que se deve deixar para as gerações futuras.

Senhoras deputadas e senhores deputados, por trás dessa definição aparentemente simples de sustentabilidade, de ODS, reside um dos maiores desafios da sociedade contemporânea – pois embora a ideia possa ser facilmente assimilada, sua implementação envolve refletir e atuar sobre uma complexa trama de relações sociais, políticas, econômicas e institucionais – que determinam a forma como nos relacionamos uns com os outros e com o meio ambiente e, principalmente, como utilizamos os recursos que dispomos no planeta, no Piauí e na gestão pública.

Nossa responsabilidade é imensa. É preciso estar atento para cada pessoa, cada grupo, cada segmento que compõe este Piauí e não deixar ninguém de fora. É o desafio que nos confiou a sociedade quando votou em cada um de nós. Quando assim o fizeram, gritaram em alto e bom som que confiam em nós para gerenciar e preservar de forma justa, inclusiva e solidária o bem maior que eles têm: O nosso Piauí!

Obrigado!



José Wellington Barroso de Araújo Dias
Governador do Piauí

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º. Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 05, de 12 de julho de 1991 e na Lei Complementar nº87, de 22 de agosto de 2007 e no art. 178, inciso I, da Constituição Estadual.

Art. 2º. O Plano Plurianual 2020-2023 é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo que orienta as ações de governo, tendo em vista os desafios estratégicos enfrentados pelo estado. O Plano estabelece, de forma territorializada, os objetivos, as diretrizes setoriais e as metas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Tribunal de Contas, Ministério Público e da Defensoria Pública para os próximos quatro anos, de forma participativa e sustentável.

Parágrafo único. O Plano Plurianual 2020-2023 está estruturado sob a metodologia do Orçamento por Resultados, sendo orientado pela Visão de Futuro “Piauí Desenvolvido e Sustentável”, que expressa a perspectiva de desenvolvimento de longo prazo para o estado.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 3º. O PPA 2020-2023 organiza a atuação do governo, sendo estruturado em Eixos Governamentais de Atuação Intersectorial, Desafios Estratégicos e Programas, assim definidos:

I – Eixos Governamentais: organizam a atuação governamental de forma articulada e sistêmica, tendo em vista o alcance da Visão de Futuro e o enfrentamento dos desafios estratégicos.

II - Desafios Estratégicos: sintetizam as principais necessidades, gargalos e/ou as potencialidades e oportunidades do Estado. Vinculam-se aos Eixos Governamentais da seguinte forma:

- a) O eixo “Piauí Saudável e Seguro” faz face ao Desafio Estratégico de impactar a expectativa de vida do Piauiense;
- b) O eixo “Piauí com Oportunidades para Todos”, ao de impactar a escolaridade e a qualidade da educação do estado;
- c) O eixo “Piauí Próspero e Inovador”, ao de dinamizar da economia do estado;
- d) O eixo “Piauí Inclusivo e Sem Pobreza”, ao de reduzir a pobreza e todas as formas de desigualdade;

e) O eixo “Piauí Sustentável”, ao de promover o desenvolvimento sustentável; e

f) O eixo “Piauí Eficiente e Integrado”, ao de promover a gestão pública eficiente e participativa.

III – Programas: instrumento de organização da ação governamental, visando ao alcance dos resultados desejados e a superação dos desafios estratégicos selecionados. O Programa busca atender a demandas e/ou criar oportunidades de desenvolvimento para a população piauiense. Os Programas podem ser:

a) Temáticos – expressam a agenda de governo, reunindo objetivos relativos a uma determinada política pública, de forma a orientar a entrega de bens e serviços à sociedade, podendo requerer atuação coordenada de diversos órgãos e entidades vinculadas;

b) De Gestão – voltados para o funcionamento da máquina administrativa, reunindo o conjunto de ações destinadas ao apoio, gestão e manutenção da atuação governamental de todos os Poderes.

Art. 4º. Os Desafios Estratégicos têm por atributo os Indicadores de Impacto, que aferem as mudanças de longo prazo na sociedade necessárias à efetivação da Visão de Futuro.

Art. 5º. São atributos dos Programas:

- I. Contextualização – declara o que motivou a elaboração do Programa, explicitando os problemas, as demandas ou oportunidades que justificam sua execução;
- II. Público-alvo – representa o(s) segmento(s) da sociedade a serem beneficiados pelas entregas do Programa;
- III. Objetivos – declaram as transformações pretendidas pelo Governo em cada área de políticas públicas, através da implementação dos Programas;
- IV. Indicadores de Resultado – aferem os resultados finalísticos a alcançar até 2023, horizonte de tempo do PPA, quantificando as transformações expressas nos Objetivos.
- V. Diretrizes setoriais – são as iniciativas necessárias ao alcance dos Objetivos. Indicam como os Órgãos e Entidades aproveitarão as oportunidades, mitigarão ameaças /riscos, corrigirão deficiências e/ou potencializarão/criarão ativos para alavancar a eficiência, a economicidade e/ou a efetividade da ação governamental em sua área, tendo em vista o alcance dos objetivos pactuados.
- VI. Produtos – representam os bens e/ou serviços entregues à sociedade.
- VII. Indicadores de Produto – aferem as entregas físicas de bens e serviços ao Público-Alvo. São relacionados a uma Ação Orçamentária e mensurados por metas físicas e financeiras.
- VIII. Valor Global do Programa – totalidade dos recursos orçamentários alocados ao Programa no período do Plano, com indicativo de valores para o período 2020-2023.

Art. 6º. Integram o PPA 2020-2023 os seguintes Anexos:

I - Anexo I – Base Estratégica;

II - Anexo II – Demonstrativo Consolidado dos recursos por Unidade Orçamentária, Programa, Objetivo, diretriz setorial, Ação Orçamentária e Recursos Financeiros;

III – Anexo III – Demonstrativo de Metas Físicas por Programa, Unidade orçamentária, Ação Orçamentária, Território de Desenvolvimento e Recursos Financeiros;

IV – Anexo IV – Quadro resumo das aplicações por Territórios de Desenvolvimento.

CAPÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO DO PPA COM AS LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Art. 7º. As metas e prioridades constantes dos anexos das Leis de Diretrizes Orçamentárias deverão estar em consonância com o PPA 2020-2023.

Art. 8º. Os Programas constantes do PPA 2020-2023 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e naquelas que as modifiquem.

§2º Para os Programas constantes do PPA 2020-2023, cada Ação Orçamentária estará vinculada a uma única Diretriz Setorial.

§3º Uma Diretriz Setorial poderá orientar uma ou mais Ações Orçamentárias;

§4º As vinculações entre as Ações orçamentárias e as Diretrizes Setoriais constarão em demonstrativo específico das Leis Orçamentárias Anuais.

Art. 9º. Os orçamentos anuais serão compatíveis com o Plano Plurianual, orientados para o alcance dos resultados e das metas constantes do Plano.

Art. 10º. Os valores estimados dos Programas, bem como as metas de resultado e de produto constantes do PPA são referenciais, não se constituindo em limite à programação e à execução das despesas expressas nas Leis Orçamentárias e naquelas que as modifiquem.

Art. 11º. A inclusão, exclusão ou alteração de Ações Orçamentárias e de seus atributos – produtos, metas físicas, metas financeiras e Unidades Orçamentárias responsáveis; ocorrerão através das Leis Orçamentárias Anuais e daquelas que as modifiquem.

Art. 12º. A alteração das vinculações entre Ações Orçamentárias e Diretrizes Setoriais do Plano Plurianual ocorrerão através das Leis Orçamentárias Anuais e daquelas que as modifiquem.

Parágrafo único. Os Poderes Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público

e Defensoria Pública poderão fazer as alterações citadas neste artigo por demanda e sob orientação do Poder Executivo quanto a sua operacionalização.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO DO PLANO

Seção I

Aspectos Gerais

Art. 13º. A gestão do PPA 2020-2023 consiste no desenvolvimento e articulação de instrumentos necessários à viabilização, ao monitoramento e à avaliação da entrega de produtos à população e do alcance dos resultados, com foco nos Programas Temáticos e suas respectivas Ações Orçamentárias.

§ 1º: a gestão do PPA 2020-2023 deve garantir a todos os segmentos populacionais o acesso à informação, buscando o aperfeiçoamento:

I – dos mecanismos de implementação e integração de políticas;

II – dos critérios de territorialização das políticas públicas;

III – dos mecanismos de monitoramento, revisão e avaliação do PPA 2020-2023.

§ 2º. Caberá à Secretaria do Planejamento definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas complementares para a gestão do PPA 2020-2023.

Seção II

Das Revisões

Art. 14º. Considera-se revisão do PPA 2020-2023 a inclusão, exclusão ou alteração de Programas, seus objetivos, diretrizes e indicadores de resultados.

§ 1º A revisão de que trata o caput, ressalvado o disposto nos Art. 11º e 12º, será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei, podendo ter caráter geral, com objetivo de garantir a coerência e o realinhamento das políticas e Programas.

Art. 15º. Quando necessário, o projeto de lei de revisão do PPA 2020-2023 será encaminhado até o dia 30 de outubro e conterá:

I - Demonstrativo atualizado dos Anexos II e III do PPA 2020-2023, contendo as inclusões, exclusões e alterações qualitativas e quantitativas, efetuadas em Programas, Indicadores, Ações Orçamentárias e demais atributos;

Parágrafo único. Caberá à Secretaria de Planejamento definir os prazos, diretrizes e orientações técnicas para o envio das revisões do Plano Plurianual à Assembleia Legislativa do

Estado do Piauí, sempre que necessário que estas se processem por meio de Projeto de Lei durante o período de vigência do Plano.

Seção III Do Monitoramento e da Avaliação

Art. 16º. O Plano Plurianual será acompanhado e monitorado para averiguação de seu desempenho ao longo de sua vigência, considerando:

I – a execução orçamentária e financeira e o comportamento dos Indicadores de Produto das Ações Orçamentárias;

II – o comportamento dos Indicadores de Resultado dos Programas.

§ 1º Caberá à Secretaria do Planejamento, como coordenadora do planejamento estadual, definir prazos, diretrizes, abrangência e orientações técnicas para o monitoramento da dimensão estratégica do Plano e dos principais Programas junto aos órgãos e entidades do governo estadual.

Art. 17º. O Poder Executivo realizará avaliações bienais do Plano, com a utilização do sistema de execução orçamentária e financeira – SIAFE PI, disponibilizando seus resultados para consulta ampla dos órgãos de controle e da sociedade.

Parágrafo único. O Relatório de Avaliação de que trata o caput contemplará:

I- a avaliação do Resultado dos Programas, tendo como base seus indicadores;

II- a avaliação dos principais Programas Temáticos, considerando o cumprimento das metas físicas dos Produtos das Ações Orçamentárias que contribuíram para o alcance dos resultados alcançados; e

III- o demonstrativo da execução orçamentária anual, de forma territorializada, por Desafio Estratégico e Programas Temáticos;

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18º. O Poder Executivo disponibilizará, através de sítio oficial da SEPLAN, no prazo de até 30 dias após a aprovação do Plano Plurianual e de suas revisões, o Plano atualizado, incorporando todos os ajustes realizados pelo próprio Poder Executivo e as alterações promovidas pela Assembleia Legislativa, quando for o caso.

Parágrafo único. As informações para o acompanhamento do PPA 2020-2023 serão disponibilizadas, sempre que possível, em linguagem simplificada e de fácil acesso, no sítio oficial da SEPLAN.

Art. 19º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina. (PI), de de 2019.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO



Anexo I.

Base Estratégica

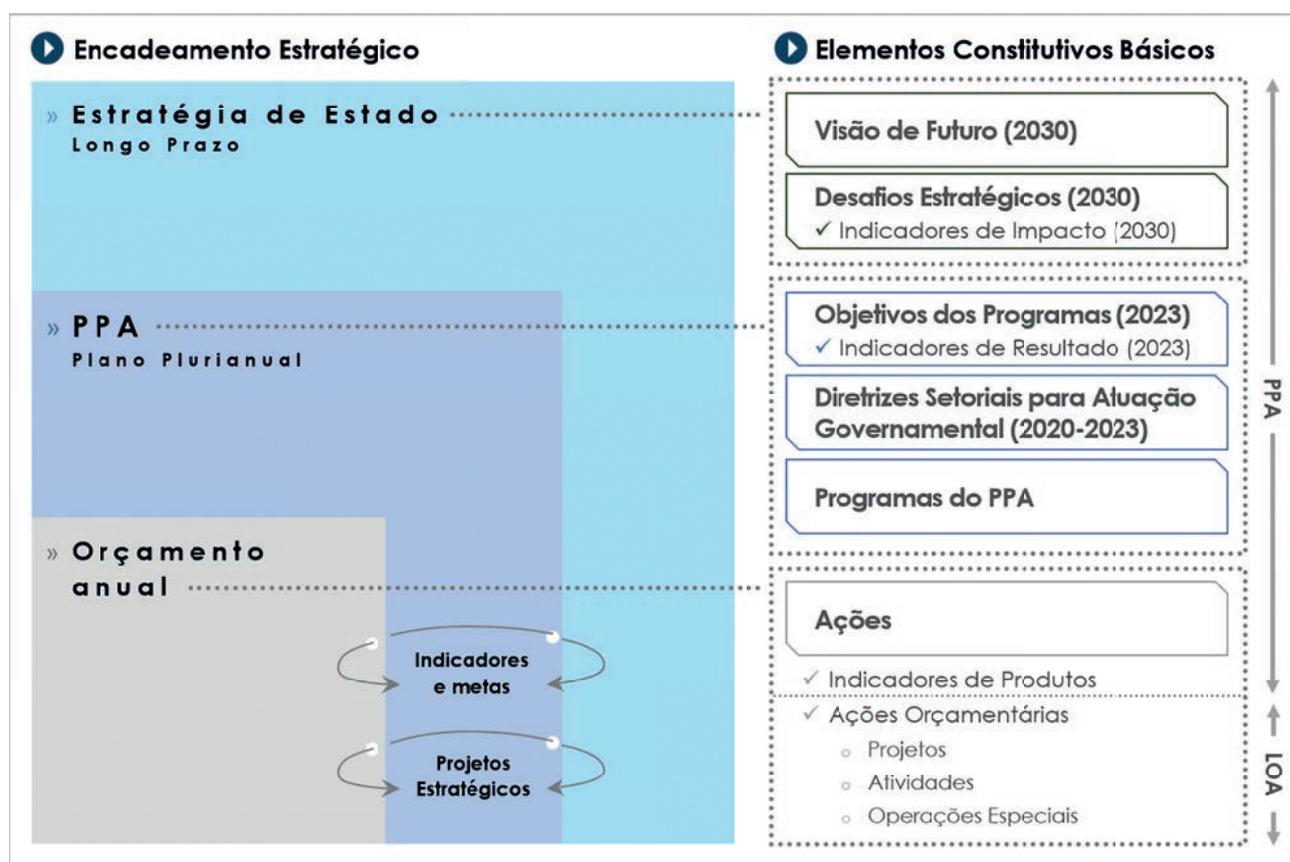


1.

Metodologia de Elaboração e Abordagem Participativa

A construção do PPA 2020-2023 se iniciou pela discussão da perspectiva de desenvolvimento em longo prazo, base para a atuação do governo. Esta orientação estratégica de primeiro nível, sintetizada em uma frase-síntese denominada **visão de futuro**, foi desenvolvida a partir de oficinas realizadas junto aos órgãos, entidades de Estado e o chefe do Executivo estadual, e descreve a situação desejada para o futuro do Estado, expressando um “norte” comum comparti-

lhado por toda a estrutura de Governo. Na medida em que a frase-síntese **Piauí Desenvolvido e Sustentável** é demasiadamente sucinta para descrever com clareza o que se deve fazer para alcançar a situação desejada, foram definidos, junto à alta gestão, os **desafios estratégicos** que, expressos em indicadores de impacto, sintetizam as principais necessidades/gargalos e/ou as potencialidades/oportunidades do Estado em cada **eixo estratégico**.



A partir da construção dessa base estratégica, foram efetivamente elaborados os demais componentes usuais do PPA. Os **programas** e seus respectivos **objetivos** foram construídos junto às setoriais por meio de oficinas de formulação da estratégia plurianual coordenadas pela SEPLAN, e definidos tendo em vista a sua capacidade de contribuir para a superação dos desafios estratégicos. Esses objetivos, mensurados quantitativamente por

indicadores de resultado, desdobram-se em **diretrizes setoriais**, as quais expressam, ainda em um nível estratégico, como cada setorial atuará ao longo dos próximos quatro anos, para garantir o alcance dos objetivos pactuados com a gestão e a sociedade.

As diretrizes encerram a dimensão estratégica do PPA. No entanto, a efetivação das

transformações desejadas depende da capacidade do governo de desdobrar as prioridades ali sintetizadas até o nível tático-operacional. Nesse sentido, a metodologia de Orçamento por Resultado (OpR) busca, fundamentalmente, fortalecer o **PPA** como um instrumento de gestão capaz de efetivamente organizar as prioridades do Estado e guiar a atuação governamental dos órgãos e entidades que compõem o governo.

Na elaboração do **PPA 2020-2023**, o governo do Estado estabeleceu como principal premissa reforçar a integração entre Planejamento e Orçamento, além da vinculação entre as diretrizes setoriais e as ações que compõem os orçamentos anuais ao longo do próximo quadriênio. Tal integração entre planejamento e orçamento se materializa na medida em que a **LDO**

Abordagem Participativa

A Lei Estadual nº 87, de agosto de 2007, atualizada pela lei pela Lei nº 6.967/17, estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí. Esta lei disciplina, dentre outras coisas, a constituição de 12 Territórios de Desenvolvimento, como unidades de planejamento governamental, visando a promoção do desenvolvimento sustentável, a redução de desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas e ações e da regionalização do orçamento.

De modo a garantir a ampla participação da sociedade na elaboração do PPA, a Secretaria do Planejamento realizou, entre os dias 17 e 19 de setembro de 2019, a Rodada de Negociação de Ações do PPA. O evento contou com apoio da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e reuniu, ao todo, 387 participantes, dentre os quais 201 representantes do poder pú-

de cada ano buscará, no PPA, as metas físicas (previsões de entrega de produtos em cada ação), atualizando-as em função da evolução da conjuntura social, econômica e financeira às quais o governo está submetido. Por fim, a **LOA**, levando em consideração as **metas e prioridades** estabelecidas na LDO, alocará os recursos orçamentários disponíveis em **Programas de Trabalho** originalmente listados como ações no âmbito do PPA.

Com a metodologia adotada será possível viabilizar, a partir da estrutura dos instrumentos formais de gestão governamental (PPA, LDO e LOA), **os processos de monitoramento, avaliação e prestação de contas** do governo à sociedade. Estes são os princípios que nortearam a estruturação do presente PPA, aqui, apresentado.

blico (52%) e 186 da sociedade civil (48%) – incluindo vários segmentos.

Dentre os participantes do poder público, estiveram presentes 137 representantes da administração estadual, ligados a 29 órgãos do Poder Executivo e 1 do Legislativo – que na ocasião tiveram suas propostas de ação submetidas à apreciação dos 12 Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Ao todo, 203 conselheiros, provenientes de 118 municípios do Piauí, estiveram presentes. Dentre os conselheiros, participaram em maior número os representantes da sociedade civil organizada (77%), contra 23% do poder público municipal. Durante o evento os conselheiros puderam conhecer as propostas apresentadas pelos técnicos e gestores da administração pública estadual, bem como propor ações específicas para os seus territórios.

Distribuição dos participantes da Rodada de Negociação de Ações do PPA 2020-2023 em relação ao município de origem



* Informações obtidas a partir das listas de presença.



2.

Desafios Socioeconômicos do Piauí

Para definir os desafios socioeconômicos, realizou-se um balanço dos indicadores do Estado, na última década, comparando o desempenho do Piauí com os demais estados do Nordeste, a média da região e a média nacional. O norte para a elaboração do diagnóstico teve como meta focal a vi-

são de futuro almejada para o Estado em 2030 e seus desdobramentos, a partir da definição de eixos estratégicos pautados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ficando assim definido o marco referencial **norteador da elaboração do PPA 2020-2023**.

Visão de Futuro, Desafios Estratégicos, Indicadores e Metas de Impacto

VISÃO DE FUTURO 2030		Piauí desenvolvido e sustentável Desenvolvimento humano muito alto (IDHM>0,80)	
Eixo estratégico	Desafio estratégico	Indicador de impacto	Meta de impacto
 Piauí saudável e seguro	Elevar a expectativa de vida do piauiense	Esperança de vida*	2023: 73,7 anos 2030: 76,6 anos
 Piauí com oportunidades para todos	Elevar a escolaridade e a qualidade da educação	Escolaridade dos adultos*	2023: 60,8% 2030: 72%
 Piauí próspero e inovador	Dinamizar a economia do Estado	Renda domiciliar per capita*	2023: R\$ 907,00 2030: R\$ 1.128,00
 Piauí inclusivo e sem pobreza	Reduzir a pobreza e todas as formas de desigualdade	Coefficiente de Gini	2023: 0,49 2030: 0,45
 Piauí sustentável	Promover o desenvolvimento sustentável	Indicador de Sustentabilidade	2023: 0,68 2030: 0,78
 Piauí eficiente e integrado	Promover a gestão pública eficiente e participativa	IDHM	2030: nenhum município com IDHM < 0,70

Fonte: Macroplan.

* Indicadores diretamente relacionados ao IDH.

O diagnóstico, portanto, se apresenta estruturado nos seis eixos estratégicos que reúnem as diversas áreas de governo. Tem como objetivo, a partir da análise evolutiva e comparativa, subsidiar a definição dos resultados finalísticos em que o Estado buscará induzir e alcançar, dentro do prazo do PPA em cada área de atuação governamental (saúde, educação etc.) que, expressos em indicadores de resultado com metas para 2023, deverão estar conectados

aos desafios estratégicos e à visão de futuro para 2030.

A fim de contribuir para maior foco e precisão da atuação pública e contemplar as demandas identificadas junto à sociedade civil organizada, o diagnóstico traz a territorialização de uma seleção de indicadores de resultado, nos 12 Territórios de Desenvolvimento.

Este diagnóstico apresenta uma estrutura que permitirá, a partir das evidências existentes, definir os objetivos estratégicos que irão resultar no alcance da visão de futuro desejada.

A obtenção de maiores níveis de desenvolvimento humano, medido pelo IDH, depende

do desempenho das três dimensões que o compõem: longevidade, educação e renda. A análise desses indicadores será pautada na definição das causas para a situação atual e a identificação dos grupos e regiões mais afetadas. A partir do diagnóstico é possível identificar, para alguns desafios, os territórios mais afetados e construir alternativas de solução adaptadas a cada realidade.

2.1 Educação e Cultura

Alcançar maiores níveis educacionais é requisito básico para a inclusão produtiva e a cidadania. Apesar dos avanços, pouco mais da metade (51,4%) das pessoas com 18 anos ou mais, no Piauí, têm o ensino fundamental completo. Nos últimos seis anos, o Estado avançou em média 1,2 ponto percentual ao ano, sendo o 4º maior avanço entre os estados do Brasil.

Aumentar a escolaridade e ampliar o ensino profissional para todos os Territórios de Desenvolvimento e combater o analfabetismo são os desafios para os próximos quatro anos. Assim, atingir a meta para 2030 é ter, pelo menos, 72% da população com 18 anos ou mais com o fundamental completo.

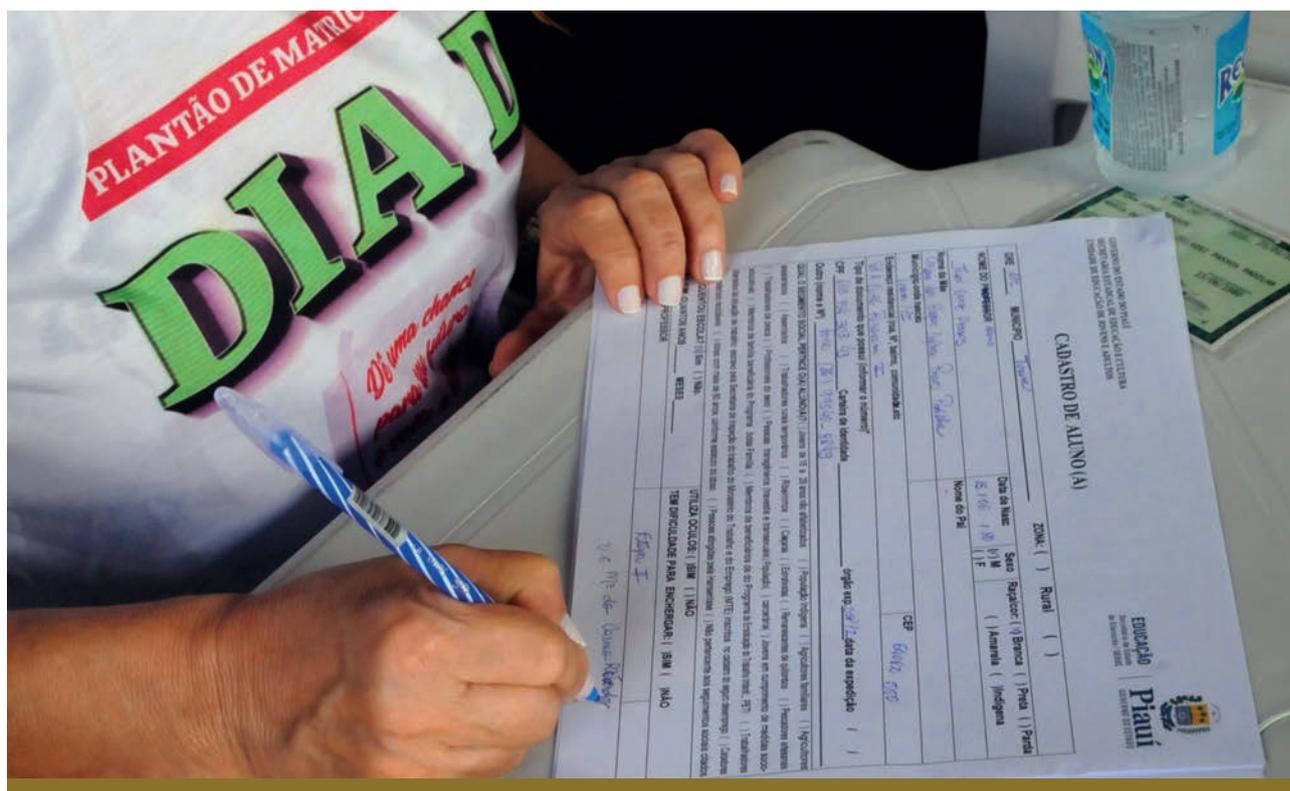
Na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Fundamental, o crescimento foi de 48% entre 2008 e 2018, atingindo a marca de 146.604 matrículas. No Nordeste e no Brasil ocorreram quedas, respectivamente, de 29% e 36% nas matrículas da EJA. De acordo com os dados do Censo Escolar, a maioria das matrículas dessa modalidade, no Piauí, ainda está na responsabilidade do Estado, o que contrasta com a realidade do restante do Nordeste e do Brasil, onde existe um processo de municipalização da EJA. Já na Educação dos Jovens e Adultos do Ensino Médio, o Piauí aparece em primeiro

lugar do Brasil, registrando um crescimento de 288%, saltando de 9.811 matriculados, em 2008, para 38.067 matrículas em 2018.

No ensino médio regular, segundo dados do INEP, em 2008, mais da metade dos alunos do Estado apresentavam atraso de dois anos em relação a suas idades, essa taxa caiu para 36,5%, no último levantamento de 2018 do Censo Escolar. A taxa de abandono no ensino médio regular caiu pela metade entre 2008 e 2018.

Esse soerguimento da educação reflete nos índices do IDEB. O Piauí avançou, no ensino médio, 0,7 pontos, conquistando o terceiro maior avanço dos estados do Nordeste entre 2007 e 2017. No IDEB atual, o Piauí superou a média do Nordeste de 3,6 e reduziu a distância em apenas 0,2 pontos da média nacional.

Outro fator que contribui para o aumento da escolaridade no Piauí é a forte presença do ensino técnico integrado, pois o percentual de matrículas da educação profissional de nível médio é hoje de 27%, o que demonstra um aumento de 19% em relação a 2007, além de também estar à frente da média nordestina e brasileira, ambas com 20%. Um dado importante é que, em



2018, das 34.747 matrículas na rede estadual do ensino técnico, 56% das vagas foram preenchidas por mulheres, destas 75% são menores de 19 anos de idade. É fundamental frisar o compromisso e essa interface com políticas públicas comprometidas com a igualdade de gênero, presente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do PNUD-ONU.

No que se refere ao ensino superior, o Estado apresenta uma expansão consideravelmente alta tanto na oferta de cursos superiores na quase totalidade dos municípios quanto por mediação tecnológica ou cursos presenciais com oferta de cursos de graduação e pós-graduação. O desafio é garantir a continuidade dos cursos e a expansão do acesso à educação superior de qualidade.

Em relação à Cultura e ao Esporte, áreas integradas ao escopo educacional, têm demonstrado grande importância para o desenvolvimento pleno do Piauí enquanto Estado desenvolvido e com equidade social.

No Esporte, os desafios são garantir a continuidade da promoção e incentivo de eventos esportivos, sejam amadores, profissionais de alto rendimento, ou até mesmo de lazer e promover a participação do Estado em campeonatos nacionais e internacionais.

No aspecto cultural, entre 2013 a 2017 os investimentos em cultura cresceram em 372,1%, estando muito à frente do Nordeste e do Brasil, que tiveram seus investimentos diminuídos em 15,5% e 31%, respectivamente, segundo os dados do SICONFI. Nos últimos cinco anos, o Estado registrou um aumento de 366,9% no investimento por pessoa em cultura, acima do Nordeste e do Brasil, que nesse aspecto registraram queda de 17,7% e 33,2%, respectivamente. Os dados reforçam a priorização da cultura e a capacidade de enfrentar novos desafios, como a continuidade da difusão territorializada das ações culturais, de apoios, reformas de espaços da cultura, construção de museus, teatros, escolas de arte entre outras ações planejadas neste PPA.



O setor cultural gerou 9.388 empregos formais em 2017, segundo dados do RAIS, representando 2,1 % do total de empregos do Estado, na comparação com a realidade brasileira, neste ponto, porém empatados com o cenário nordestino. O setor da Cultura gerou 3,2% do total de empregos formais no Brasil e 2,1% no Nordeste, entretanto o Piauí aumentou em 62% o número de empregos formais na Cultura de 2007 a 2017.

A partir da análise dos dados e do desempenho obtido pelo Piauí nas áreas de educação, esporte e cultura, pode-se afirmar que as metas e desafios relacionados ao setor serão atingidos e superados. É possível realizar os desafios de erradicar o analfabetismo, aumentar a escolaridade média da população do Piauí, bem como consolidar o esporte como fundamento social e econômico e ainda difundir e promover o acesso amplo à Cultura e sedimentar seus desdobramentos na geração de emprego e na renda, estruturando as bases para atingir a meta de um alto Desenvolvimento Humano.



2.2 Assistência Social

O Piauí, alinhado com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tem conseguido manter a redução das desigualdades socioeconômicas nos últimos 10 anos.

Um dos grandes desafios do Estado é estimular a diversificação econômica com geração de renda e promoção da inclusão produtiva. O Coeficiente de Gini, um dos principais meios técnicos de medir a desigualdade de renda, mostrou que o Piauí, desde 2013, tem mantido seu índice abaixo da média comparado ao do Nordeste e Brasil. No ano de 2017, o Piauí registrou o índice 0,541; enquanto o Nordeste e o Brasil registraram os respectivos índices, 0,567 e 0,549.

A gestão eficiente e transparente dos programas de transferência de renda no Piauí

tem causado impacto na redução das desigualdades e no crescimento da inclusão socioeconômica, principalmente da população em situação de vulnerabilidade social. O Piauí é o estado com maior cobertura de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, comparado aos outros estados do Nordeste, com um percentual de 67,8% de famílias assistidas no ano de 2018. A cobertura ampla dos programas de transferência de renda tem provocado a redução da população que vive abaixo da linha da pobreza. No ano de 2007 o registro era de 63% e em 2017 houve queda para 45%.

Programas sociais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) tem interferido no crescimento do percentual de idosos no Piauí



que chegou a 8,5% no ano de 2018 e, conseqüentemente, tem melhorado o índice de longevidade da população e o IDH do Piauí.

Por conta da crise econômica, os índices ligados a temática trabalho apresentou poucas evoluções positivas. O Piauí conseguiu reduzir significativamente sua informalidade no trabalho comparado ao Nordeste e Brasil e, nesse sentido, o Estado nos anos de 2012 a 2018 registrou uma queda de 6,3%; o Nordeste registrou queda de 2,3% e o Brasil de 00,1%, e a renda média do trabalho teve um crescimento de 11% nos últimos seis anos, porém está abaixo do comparado às médias do Nordeste e Brasil. O Piauí, no ano de 2018, registrou a média de R\$ 1.296,50, o Nordeste de R\$ 1.486,50 e o Brasil de R\$ 2.173,00.

A desigualdade entre homens e mulheres é um problema histórico e social. O Piauí tem enfrentado essa problemática com políticas públicas e programas sociais que objetivam diminuir a distância das desigualdades em todos seus aspectos (gênero, trabalho, renda etc.).

No Piauí o índice de mulheres escolarizadas é maior do que o índice de homens escolarizados, o registro de matrículas de mulheres no ensino técnico é de 56% e a de homens é de 44%, porém as mulheres ain-

da têm baixa participação no mercado de trabalho e seu rendimento é menor comparado ao dos homens, mas o Piauí registrou uma boa evolução nessas diferenças com o crescimento da ocupação de mulheres em cargos gerenciais e a queda de 8% na diferença do rendimento entre homens e mulheres nesses últimos seis anos.

Dentre os desafios que o Estado enfrenta para melhorar as condições socioeconômicas da população piauiense estão: diminuir a diferença de renda entre ricos e pobres, ampliar a segurança alimentar em domicílios que ainda se encontram na situação de vulnerabilidade, aumentar a acessibilidade em todas as suas formas das pessoas que apresentam alguma deficiência, reduzir os índices de homicídios e violências entre jovens, negros e mulheres. Os indicadores relacionados às temáticas sociais ainda apresentaram uma evolução positiva pequena, porém o Estado trabalha para atingir melhores resultados, a partir das metas estabelecidas.

Portanto, é através da gestão eficiente e integrada de políticas públicas e programas sociais que o Estado tem a finalidade de reduzir as diversas desigualdades, promover uma melhor qualidade de vida e viabilizar o acesso aos direitos e serviços públicos de qualidade, principalmente, às pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social.

2.3 Segurança

O Piauí foi o Estado nordestino que apresentou maior crescimento no gasto com segurança em termos reais, no entanto, sua despesa per capita é a menor entre todas as 27 UFs do país. O Estado possui baixa taxa de homicídios para os padrões nacionais atuais. Nota-se, contudo, crescimento

expressivo na última década, principalmente de crimes contra o patrimônio.

A taxa de homicídios no Piauí apresentou alta de 56% entre 2007 e 2017, porém, o Estado possui o terceiro menor índice do país,

atrás apenas de Santa Catarina (15,2) e São Paulo (10,3). O índice do Estado, 19,4 homicídios por 100 mil habitantes, é menos da metade da média do Nordeste (48,6) e bem inferior à brasileira (31,6). Apesar dos números apresentados, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e DATASUS, o Piauí possui a menor taxa de homicídios do Nordeste e a 3ª menor do país.

No que se refere à Taxa de Homicídios por Armas de Fogo, representam 60% do total de homicídios no Piauí, menor do que a participação no Nordeste (79%) e Brasil (72%). A taxa de homicídios por Armas de Fogo é de 11,7 por 100 mil habitantes, também inferior à média regional (38,6) e brasileira (22,9). A maior parte dos 626 homicídios registrados no Piauí, em 2016, são de Homens (92%), Jovens (50,0%), Negros (87,7%) e ocorreram por meio de Armas de Fogo (60,1%).

A Taxa de Roubos a Transeuntes, em 2017, registrou 13.890 casos de roubo a transeuntes, número 9,8% superior ao ano anterior. O índice do Estado é de 431,5 roubos por 100 mil habitantes, superior à média regional (331,9) e brasileira (354,3).

Porém, um dos graves problemas a ser enfrentado pelo Estado é a elevação do número de homicídios entre Jovens, Negros e Mulheres. O Piauí apresentou alta no número de homicídios entre Jovens de 15 a 29 anos, entre 2007 e 2017, de 68%. Número superior à média brasileira (35%) e abaixo do crescimento no Nordeste (85%).

O mesmo ocorreu entre os homicídios da população Negra, com crescimento de 77%, entre 2007 e 2017. Apresentando índice inferior à média regional (99%) e superior à brasileira (62%). Nos casos de homicídios de mulheres, o Estado teve crescimento de 49%, maior que a média brasileira (31%) e menor que a nordestina (74%).

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam que os índices de crimes violentos no Piauí apresentaram queda no último ano. O Estado é o terceiro do país em qualidade dos registros estatísticos oficiais de Mortes Violentas Intencionais, segundo o Fórum. Entre 2016 e 2017, os índices de homicídios dolosos, crimes violentos letais intencionais e mortes violentas intencionais reduziram 8,3%, 8,7% e 7,6%,



respectivamente. Por outro lado, o índice de estupro teve alta de 18,1% no mesmo período.

A política de repressão tem permitido que o Estado efetue, de forma mais eficiente, prisões por tráfico de entorpecentes, que cresceram 252% entre 2010 e 2017, muito mais do que o crescimento ocorrido no Brasil (89%) e no Nordeste (120%).

As apreensões por porte ilegal de armas de fogo no Estado também tiveram um crescimento acima da média brasileira (alta de 39%) e do Nordeste (76%). No Piauí, a alta de 151% entre 2010 e 2017 levou o Estado a uma taxa de 18,5 apreensões por 100 mil habitantes – 5ª maior da região.

O suicídio é outra taxa que apresentou crescimento no Estado e que requer ações efetivas de prevenção. De acordo com o Diagnóstico Situacional Local do Estado do Piauí elaborado pelo PNUD, os índices de suicídios no Estado são elevados para os padrões nacionais. Classificados pela OMS como um problema de saúde pública, os suicídios são mais representativos no Piauí (8,5%) que na média do Nordeste (2,8%) e do Brasil (3,7%). Nesse sentido, existem mecanismos dentro do atual planejamento do Estado que firmam compromisso de integrar as políticas nas áreas temáticas de segurança pública e de saúde, dentro do eixo estratégico do Piauí Saudável e Seguro que visa elevar a expectativa de vida do piauiense.

Em 2018, o Estado elaborou o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social tomando por base paradigmas da participação social, diagnóstico socioeconômico territorial e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com enfoque na prevenção e na preservação da vida e do desenvolvimento sustentável.

Para atingir esse desenvolvimento, precisa-se rever o atual modelo organizacional fragmentado e desarticulado que impede/dificulta a interlocução de cenários complexos, e criar uma Política de Gestão de Riscos que privilegie metodologias, protocolos e procedimentos integrados voltados à gestão de riscos que atentem contra a ordem pública e a paz social. O inovador sistema proporcionará espaço virtual dinâmico e integrado de armazenamento de dados produzidos por diversas instituições com a finalidade de apresentar diagnósticos situacionais complexos na perspectiva do risco, buscando prevenir cenários de crises, nos termos da Lei Estadual nº 7.232/19.

Dentre os serviços que serão prestados de forma conjunta e integrada, está o monitoramento e a persecução das Organizações Criminosas (ORCRIMs), cujas ações irradiam efeitos para além das divisas, especialmente na prática de explosão de caixas eletrônicos, tráfico de drogas e de armas, exigindo das forças de segurança esforços para integração de informações e protocolos comuns para compreensão da dinâmica das ações das ORCRIMs.

As estratégias se relacionam diretamente com o desenvolvimento econômico pautado na instalação de grandes empreendimentos relacionados à produção de energias renováveis (solar e eólica), agonegócio, mineração, turismo, dentre outras, cuja dinâmica acarreta instalação de instituições financeiras e aglomerações urbanas, fenômenos que atraem a criminalidade. Dessa forma, se pretende aliar políticas de prevenção voltadas ao diagnóstico dos fatores de risco, contingenciamento e enfrentamento de crises que provoquem danos irreparáveis à população, como: atentados à vida, rebeliões e motins nos presídios, embaraços à liberdade de locomoção e disponibilidade dos bens, à livre iniciativa e ao exercício do trabalho. Na mesma linha de raciocínio as instituições

democráticas e a comunidade são chamadas a participarem de um programa integrado que promova a redução e até mesmo o resgate de cenários de tranquilidade.

De modo especial, a política de gestão de riscos possibilitará a avaliação individual dos riscos das pessoas em conflito com a lei tomando por base atributos pessoais a fim de proporcionar Projeto de Vida de ressocialização condizente com sua identidade pessoal e de sua família.

Sob o ponto de vista macro, a política terá por foco a redução dos índices de mortes violentas intencionais, violência patrimonial,

violência sexual, violência no trânsito, prevenção da violência resultante de pessoa em situação de drogadição e aplicar sistemas informatizados integrados para identificação e monitoramento do fluxo de armas, pessoas em conflito com a lei, pessoas em áreas de risco, ORCRIMs, drogas etc.

A política de segurança pautada na redução dos referidos índices possibilitará a elevação do IDHM, uma vez que impactará diretamente na esperança de vida ante a perspectiva de redução nos índices de mortalidade violenta intencional que inclui redução de homicídios, feminicídios e latrocínios, redução de mortes no trânsito e redução de mortes em virtude do uso de drogas.

2.4 Saúde

O IDH Longevidade considera como indicador a expectativa de vida que sintetiza a estrutura de mortalidade de uma população em determinado período. Os índices de mortalidade apontam para causas diferenciadas dependendo das fases de vida. A mortalidade infantil (até um ano), por exemplo, está concentrada na fase neonatal precoce (52%) e tem com causa evitável mais frequente a atenção à mulher na gestação (54%). Ações relacionadas à atenção ao pré-natal são essenciais para a redução da mortalidade infantil e, consequentemente, para a elevação da expectativa de vida.

No caso da mortalidade juvenil, mais da metade das mortes de jovens de 15 a 29 anos (52%) no Estado está associada à violência, homicídios e acidentes de trânsito. A taxa de óbitos de jovens por acidente de trânsito no Piauí é 72% superior à média brasileira, enquanto a taxa de homicídios

nessa mesma faixa etária no Estado é 44% inferior. Os acidentes de trânsito são a causa de 25% das mortes dos jovens, sendo que 79% dessas mortes ocorreram por acidentes com motocicletas, o que significa que são a causa de 1 a cada 5 mortes de jovens de 15 a 29 anos no Piauí. Reduzir a mortalidade no trânsito com atenção especial aos óbitos envolvendo motocicletas, portanto, deve ser um dos objetivos estratégicos para o alcance de menores índices de mortalidade juvenil e, por conseguinte, maiores níveis de expectativa de vida.

Mais de metade dos homicídios do Estado (51,3%) estão concentrados na capital, que representa um terço da população do Piauí. A redução do número de homicídios em Teresina é outro foco na definição da política pública de segurança pública, com elevado impacto sobre a taxa de homicídios no Estado e com efeitos sobre a longevidade no Estado em longo prazo.

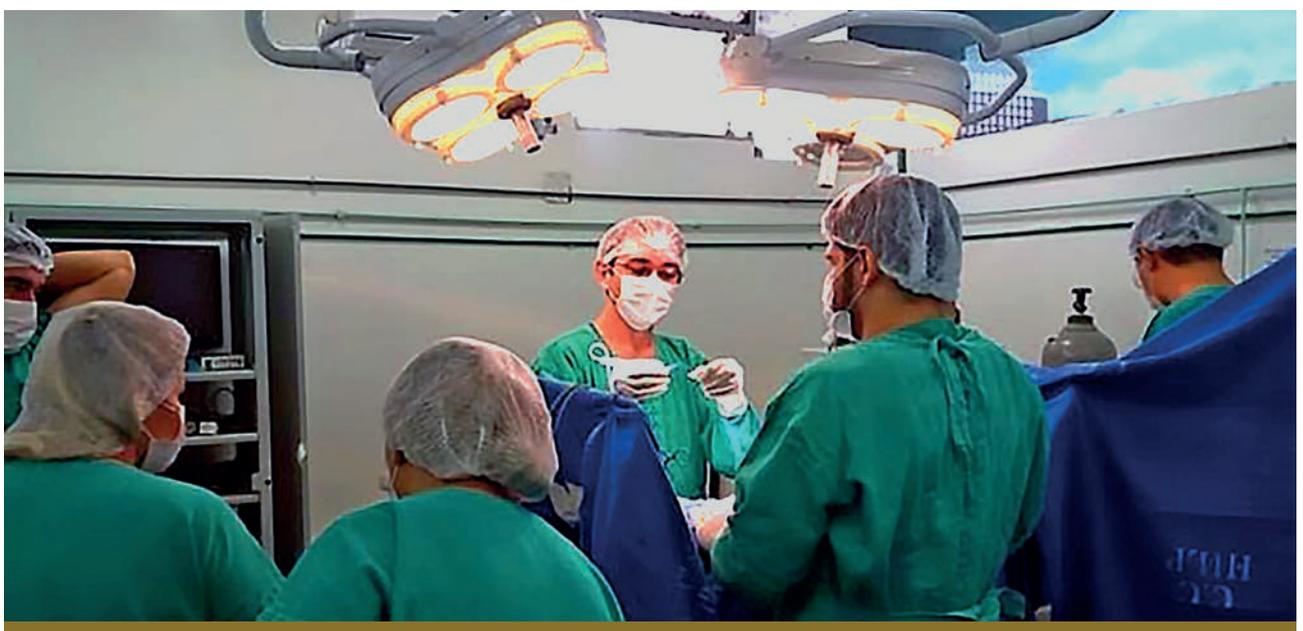


O Piauí possui o maior gasto *per capita* com saúde do Nordeste que é influenciado pelo baixo índice de habitantes com Plano de Saúde privado. Essa situação obriga a uma maior cobertura do governo na área da saúde, comprimindo o sistema de saúde pública do Estado. O percentual da população de mais de 70 anos que depende do SUS é o segundo maior entre os estados do Nordeste e muito maior do que a média brasileira.

Segundo dados do Cadastro Nacional de Saúde (CNES), divulgado pelo DATASUS, 25 estabelecimentos municipais possuem

atendimentos de Alta Complexidade no Piauí. A maioria desses hospitais (68%) está localizado na região do Meio-Norte, mais especificamente, no município de Teresina. Além disso, todas as macrorregiões possuem pelo menos um estabelecimento com o serviço de alta complexidade, sendo distribuídos da seguinte forma: Meio-Norte (Teresina – 17), Cerrados (Floriano – 4), Litoral (Parnaíba – 2 e Piri-piri – 1) e Semiárido (Picos – 1).

Quanto à cobertura das equipes de Atenção Básica, o Estado fica acima da média da



região Nordeste e da brasileira, tendo 99,8 % de sua população atendida por equipes do Programa Saúde da Família.

Os índices epidemiológicos do Estado estão abaixo da média do Nordeste e do Brasil quando analisadas a incidência de Dengue e Tuberculose. Em 2018, o Estado registrou 78 óbitos por tuberculose, sendo a menor taxa de incidência do Nordeste

com 24 casos registrados por 100 mil habitantes em 2018, quase metade da taxa do Nordeste (42) e do Brasil (43).

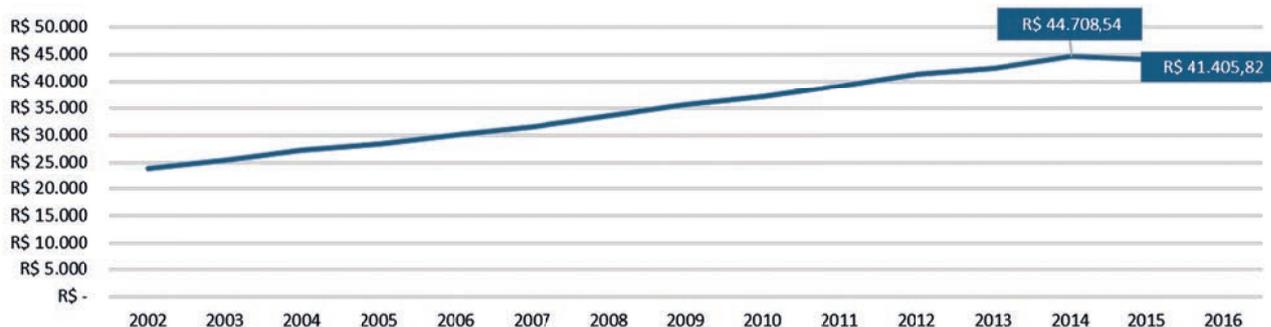
Entre 2017 e 2018, o Estado reduziu em 64% a incidência de dengue por 100 mil habitantes. Nesse período houve alta de 11% na média brasileira e queda de 19% no Nordeste. A taxa do Piauí é a 4ª menor da região, à frente do SE (10,7), MA (30,1) e CE (47,4).

2.5 Desenvolvimento econômico e geração de renda

O Piauí foi, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o quinto Estado da Federação com maior crescimento acumulado do PIB

(72,7%) entre os anos de 2002 a 2016. O PIB *per capita* avançou 5,3 vezes no mesmo período acumulando 428% em 14 anos, como mostra o gráfico a seguir:

Produto Interno Bruto Deflacionado pela série volumétrica do PIB Em milhões de reais de 2016



Fonte: IBGE. Contas Nacionais, 2019.

Entretanto, a participação do Piauí no PIB nacional ainda é de 0,7%, o que indica que existem muitos desafios socioeconômicos a serem superados no próximo ciclo de PPA para incentivar projetos e atividades produtivas no Estado e, também, atrair novos investimentos.

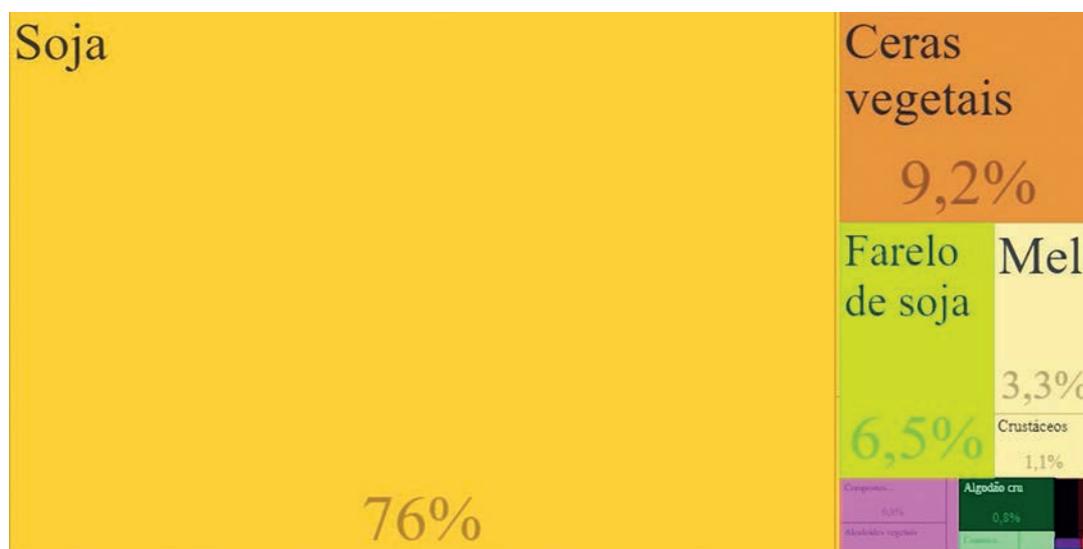
O Piauí sofreu uma pequena diminuição no ritmo de crescimento a partir de 2014 devido à recessão econômica brasileira que atingiu todos os estados da federação, aliada, entre outros fatores, à diminuição das exportações para países da Europa, China e Estados Unidos.



Os principais produtos da pauta de exportação do Estado em 2018 foram a soja (76%), as ceras vegetais (9,2%), o farelo de soja (6,5%) e o mel (3,3%). O Piauí ocupa o terceiro lugar entre os maiores exportadores de grãos do Nordeste. A região de maior produtividade é o MATOPIBA, que abrange os estados do Maranhão, Tocan-

tins, Piauí e Bahia. Contudo, outras culturas também possuem papel importante, principalmente para os pequenos e médios agricultores. Feijão, milho, cana-de-açúcar, arroz e mandioca acumulam, juntas, 36,1% do valor produzido na agricultura, representando renda e segurança alimentar para as famílias que vivem no campo.

Participação dos produtos nas exportações do Piauí 2018

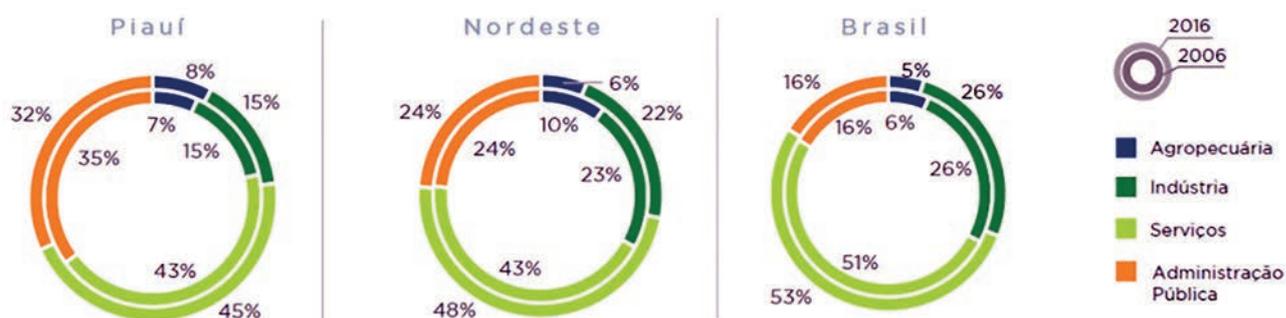


Fonte: Macroplan a partir dos dados do MDIC – DataViva.

O Estado do Piauí é muito dependente da administração pública, que representa 32% do Valor Adicionado Bruto e tem a sua renda (69%) concentrada em apenas 15 municípios. A diversificação e desconcentração das atividades econômicas é fundamental para implementação de novos ciclos de

crescimento. Criar um ambiente favorável à atração de investimentos e promoção de novos negócios é meta principal desse novo projeto de desenvolvimento que está centrado na promoção do desenvolvimento dos territórios, objetivando a diminuição das desigualdades regionais internas.

Valor Adicionado Bruto – Participação (2006 e 2016)



Fonte: Macroplan a partir dos dados do IBGE. Contas Nacionais, 2019.

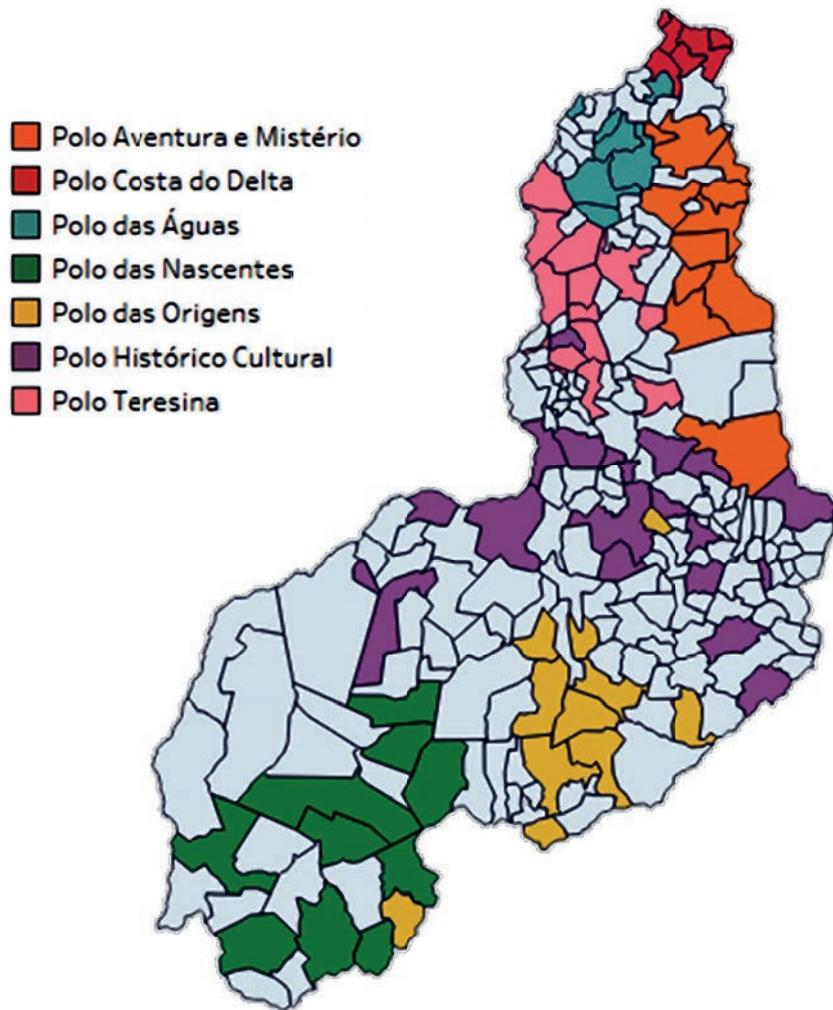
Outro segmento estratégico para o Estado é o turismo, uma atividade que cresceu bastante nos últimos dez anos, apresentando um incremento de 83% no número de empregos formais.

De acordo com o Ministério do Turismo, o Piauí possui sete polos com capacidade de exploração nacional e internacional, faltan-

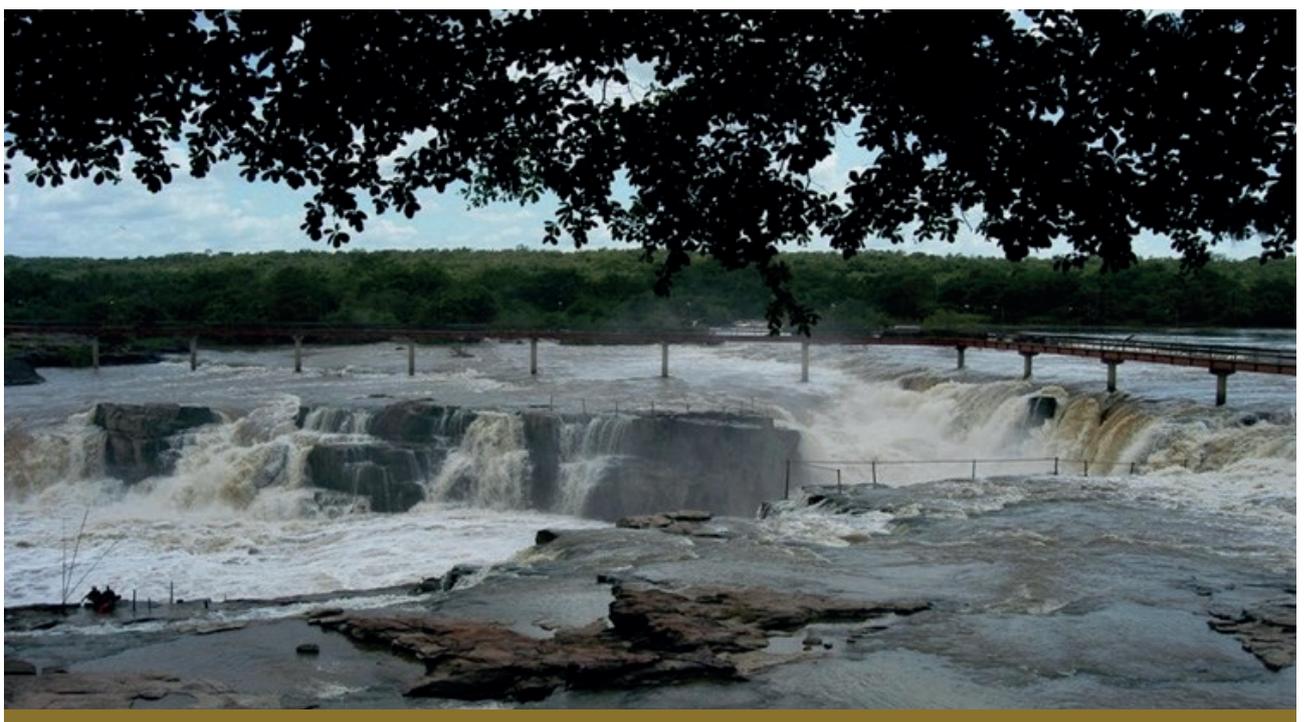
do definir melhor estratégias de divulgação e planos de uso e exploração sustentável. Melhorias em infraestrutura para o atendimento da demanda turística foram implementadas nos últimos 10 anos, no entanto é preciso atrair investimentos para dinamizar o acesso aos polos turísticos, com investimentos em saneamento básico, ampliação e melhoria dos serviços de hospedagem e qualificação do capital humano.



Polos Turísticos do Piauí



Fonte: Macroplan. Programa de Regionalização do Turismo/Ministério do Turismo.



No que se refere à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), o Piauí apresentou o quarto maior aumento entre os estados nordestinos do percentual dos dispêndios em ciência e tecnologia em relação às suas receitas totais entre 2006 e 2016. O Desenvolvimento da CT&I tem sido prioridade das ações de governo que entende como fundamental para avançar na atração de investimentos e na garantia da sustentabilidade ambiental.

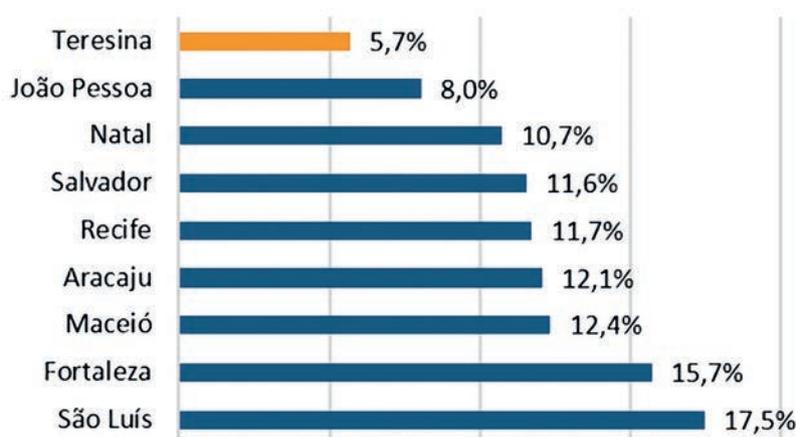
A adoção de novas tecnologias engendra uma economia criativa e inclusiva nos mais diversos segmentos, em especial o industrial. Contudo, demandas, investimentos dos setores públicos e privados, atenção especial aos institutos de pesquisa e universidades, além da expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), estão presentes neste PPA como prioridades para os próximos quatro anos.

2.6 Infraestrutura social e produtiva

O Piauí possui a capital com o menor índice de Inadequação de Moradia do Nordeste. Teresina se apresenta com a porcentagem de 5,7% frente às outras capitais nordestinas. Nesse âmbito, quando se parte para a análise da realidade do Estado, verifica-se que 18% da população reside em moradias inadequadas. Este índice é composto por alguns indicadores que auxiliam na sua compreensão mais ampla: na ausência de banheiro de uso exclusivo do domicílio, por exemplo, o Piauí apresenta média de 13%, enquanto o Nordeste alcança 6% e o Brasil fica na faixa dos 3%; quanto às paredes

externas construídas, predominantemente com materiais não duráveis, o Piauí apresenta 3%, o Nordeste 2% e o Brasil 1%. Em outros dois componentes, a média do Estado é melhor que a do Nordeste e o Brasil, respectivamente: no adensamento excessivo, tem-se o Piauí com 4%, o Nordeste com 6% e o Brasil que atinge, também, a marca dos 6%. Por conseguinte, o indicador ônus excessivo com aluguel, demonstra que o Piauí consegue valores menores que a média nordestina e brasileira. O Piauí registra 1%, o Nordeste 4% enquanto o Brasil consegue 5%.

Índice de Inadequação da Moradia 2017



Fonte: Macroplan a partir dos dados da PNAD-C/IBGE.

O acesso a fontes de águas seguras é uma questão fundamental para a saúde pública e o bem-estar do cidadão. No Piauí, 85,1% dos domicílios possuem abastecimento de água por rede geral, é o 2º melhor índice do Nordeste, atrás apenas do Sergipe (86,2%). O índice do Piauí supera a média do Nordeste (79,3%) e brasileira (84,9%). Para efeitos de comparação, o melhor índice do país é o de São Paulo: 95,8% dos domicílios possuem acesso à rede geral de abastecimento de água.

Além do acesso à água, o esgotamento sanitário também é básico para a saúde pública e qualidade de vida. Segundo o Instituto Trata Brasil: “Em países onde a oferta de saneamento é baixa, tem-se como consequência elevado índice de propagação de doenças, como, por exemplo, doenças viróticas, bacterianas e parasitoses.”

O acesso a saneamento básico no Estado ainda é uma necessidade urgente. O percentual de domicílios com esgotamento sanitário é de 7,0%, em 2017. A média do Nordeste é de 42,9% e do Brasil, 64,3%. Teresina apresentou 8,8% de domicílios com esgotamento sanitário entre 2017 e 2018.

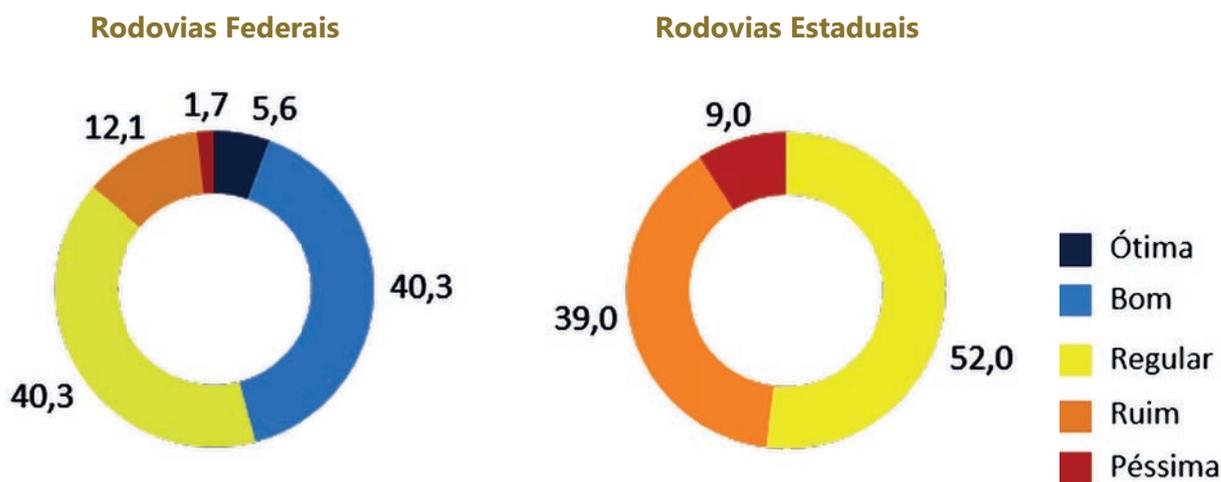
Em 2018, o percentual de domicílios com coleta de lixo foi de 72% no Piauí, pouco acima do alcançado em 2016, porém inferior à média do Nordeste (81%) e a brasileira (90%).

No Piauí, 49,7% dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) são destinados a lixões e aterros controlados, que não possuem o conjunto de sistemas necessários para a proteção do meio ambiente e da saúde pública. Das 3.212 toneladas de RSU gerados no Estado por dia, 65% é coletado.



No que se refere às rodovias, 13% são pavimentadas no Piauí. No Nordeste esse índice é de 13,3%. No entanto, a qualidade das rodovias apresentou um avanço de 27,7 pontos percentuais, entre 2007 e 2018, passando a ter 39,1% das rodovias classificadas como Ótimas ou Boas, segundo a Pesquisa de Rodovias da CNT. O Brasil apresentou índice de 43% e o Nordeste 41,7%.

Quanto à classificação das rodovias, no Piauí a maior parte das rodovias estaduais e federais investigadas na pesquisa da CNT é classificada como Regular. Dentre as Rodovias Federais pesquisadas, 40,3% são regulares, 12,1% são ruins e 1,7% são péssimas. As Rodovias Estaduais foram classificadas 52% como regulares; 39% como ruins e 9% como péssimas.



Fonte: Macroplan a partir dos dados da Pesquisa de Rodovias – CNT.

No aspecto Energia, o Piauí quase triplicou sua produção nos últimos três anos. Produziu 5.552 GWh de energia elétrica em 2017, 284,5% a mais do que em 2015, maior crescimento do país no período, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Apesar do crescimento, o Estado ainda é o menor produtor de energia da região, porém, com o crescimento do período, a participação da produção energética da região passou de 1,5% para 5,8% entre 2015 e 2017.

A capacidade instalada de geração de energia elétrica do Piauí é oriunda, principalmente, de fontes limpas de energia: 77% energia eólica e 13% energia solar. O Estado possui a segunda maior capacidade de geração de energia solar do país: 240 GWh, ficando atrás apenas da Bahia (319).

No Nordeste, 36% da capacidade instalada são de hidrelétricas, 31% termoeletricas e 31% eólicas. No Brasil, 64% são hidrelétricas e 26% termoeletricas.

Com relação às fontes de geração de energia, a eólica responde por 88,2% do total no Piauí; 26,3% do Nordeste e 5,7% do Bra-

sil. As hidrelétricas são a principal fonte de energia brasileira, responsável por 49,7% do total de energia gerada em 2017. No Piauí, essa fonte respondeu por apenas 9,1% da geração de energia e no Nordeste, 13,1%.

O consumo médio de energia residencial do Piauí, em 2017, foi de 126 KWh/mês. Entre 2013 e 2017 o consumo do Estado teve alta de 10%, maior entre os estados do Nordeste e acima do crescimento regional (1%) e nacional (-3%). Com esse crescimento, o consumo médio do Piauí ultrapassou a média do Nordeste (119 KWh/mês), porém, continua abaixo da média brasileira (158 KWh/mês).

O consumo residencial responde por 48,3% da distribuição elétrica do Piauí, o Comercial por 22,3%, o Poder Público por 7,1% e a Iluminação Pública por 6,4%.

Os quatro principais tipos de consumo do Piauí são muito superiores à média do Nordeste e do Brasil. A Indústria, que responde por apenas 6% do consumo do Piauí, é o principal tipo de consumo no Brasil (35,8%) e o segundo maior do Nordeste (26,1%), ficando atrás do Consumo Residencial (33,9%).



2.7 Meio Ambiente

O Piauí tem ainda grandes desafios no que se refere ao atendimento às infraestruturas sociais básicas – que repercutem diretamente sobre o meio ambiente. De acordo com dados publicados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD – 2018), ainda que 85% dos domicílios do Estado tenham acesso à rede geral de abastecimento de água, apenas 7% são atendidos pela rede de coleta sanitária ou pluvial. Ainda em relação ao saneamento básico, o relatório do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil/ABRELPE aponta que entre os anos de 2010 a 2016 o Piauí produziu, em média, 3.212 toneladas/dia, dos quais 50% não tiveram o aterro sanitário como destino final.

Outro importante indicador ambiental a ser considerado, se refere ao estado de conservação dos ecossistemas naturais existentes no território piauiense – responsáveis pelo provimento de serviços ambientais essenciais como a manutenção do regime hidrológico, a regulação climática, a provisão de polinizadores, a estabilização

dos solos e das margens dos rios, dentre outros. De acordo com informações dos MapBiomas, estima-se que no ano de 2017 o Piauí possuía 74% do seu território coberto por vegetação nativa, constituída, em sua maioria, por formações do tipo savana – incluindo matas secundárias em estágios médio e avançado de regeneração. Embora possa parecer bastante, entre os anos 2010 e 2017, aproximadamente 700 mil hectares foram convertidos em novas áreas para a produção agropecuária. Nesses sete anos, o Piauí perdeu o equivalente a 3% da sua cobertura vegetal – ainda que consideradas as áreas recuperadas por meio de regeneração natural (MapBiomas; IBGE 2019).

Um dado que merece ser destacado diz respeito à posição do Piauí no que se refere à emissão de Gases Causadores do Efeito Estufa (GEE), responsáveis pelas mudanças climáticas. Estima-se que as mudanças climáticas terão profundo impacto no Brasil, particularmente na agricultura, segurança energética, saúde e habitação. Na contração da tendência brasileira, o Piauí aumen-

tou em 26% as suas emissões de CO₂e, tornando-se o 5º Estado com maior emissão no Nordeste, tendo sido responsável por 6,4% do total emitido na região entre os anos de 2007 a 2017. Em relação aos demais estados brasileiros, o Piauí ocupou a 20ª posição no mesmo período (SEEG 2019).

Não surpreendentemente, se tomarmos como referência o ano de 2017, o principal fator de emissão de CO₂e no Estado esteve relacionado às mudanças de uso da terra e florestas (57,5%), diretamente associadas à atividade econômica agropecuária. Este mesmo fator foi responsável por 45,7% das emissões do Nordeste e por 46,1% do total emitido no Brasil. Por ser um Estado com a baixa participação da indústria, os processos industriais no Piauí representam apenas 0,6% do total emitido no ano de 2017, bem menor do que a participação do setor no Nordeste (1,9%) e no Brasil (4,8). O setor de energia representou 14,1% das emissões do Piauí, sendo o subsetor de transportes responsável por 81,1% das emissões relacionadas à energia, maior percentual entre os nove estados do Nordeste.

Um importante instrumento para a conservação dos ecossistemas naturais diz respeito às Unidades de Conservação da Natu-

reza (UCs). Ao todo, o Piauí possui 18 UCs, sendo 11 federais e sete estaduais. Estima-se que o Piauí tenha 3.269.877 ha inseridos em UCs, o equivalente a 13% do seu território. É, portanto, o Estado com maior quantidade de áreas protegidas em Unidades de Conservação na região NE (MMA; SEMAR 2018). Desse total, 10% (aproximadamente 318.275 ha) estão compreendidos em UCs estaduais, ou seja, são administrados pelo poder público estadual.

Atualmente, o Governo do Piauí tem direcionado esforços para o mapeamento de áreas com relevante interesse ecológico, com o propósito de aumentar a participação do Estado na criação de novas Unidades de Conservação. Um fator a ser observado é que do total das áreas enquadradas como UCs, 45,5% pertencem à categoria de Proteção Integral, sendo que as demais pertencem ao grupo de Uso Sustentável, enquadramento que tem tido sua eficiência questionada por especialistas em conservação.

A publicação do Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e pela Agência Nacional de Águas (ANA) trouxe instrumentos e diretrizes para a tomada de decisão sobre o tema. Um desses



instrumentos foi o Índice de Segurança Hídrica (ISH), que considera quatro dimensões do conceito de segurança hídrica: Humana, Econômica, Ecológica e de Resiliência. No cenário de 2035, o Piauí apresentou baixo grau de segurança hídrica na dimensão Resiliência, que expressa o potencial dos estoques de água naturais e artificiais para suprimento de demandas a múltiplos usuários em situações de estiagem severa e seca, eventos que podem ser agravados pelas mudanças climáticas. O relatório indica, ainda, que medidas precisarão ser adotadas para que o Estado possa lidar com eventos climáticos que poderão levar a prejuízos sociais e econômicos ainda maiores dos que observados no presente.

Além dos efeitos sobre o abastecimento hídrico, os fatores climáticos presentes no Piauí favorecem a ocorrência de incêndios florestais – sobretudo na porção Sudeste do Estado. De fato, as séries históricas obtidas junto ao Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) revelam que o Piauí esteve à frente da média nacional (2,61) e regional (3,93), no que se refere ao número de focos ativos de incêndio para cada 10 mil hectares, atingindo uma média de 5,25 ocorrências/10K(ha) – entre os anos de 2010 e 2018. Isto significa que o Estado enfrenta

severos desafios no que se refere à manutenção de redes de brigadas de incêndio municipais, devendo ampliar ainda mais os esforços de formação de capacidades nos municípios para o combate ao fogo, bem como investir em tecnologias para otimizar a detecção de focos de calor em tempo real – com vistas à redução do tempo de resposta às ocorrências de incêndios.

As informações contidas nesse sucinto diagnóstico constituíram o marco referencial para a elaboração de parte dos objetivos e diretrizes constantes no PPA 20-23, no que se refere à preservação do patrimônio natural do Estado – observando minimamente a sua inter-relação com as dimensões sociais e econômicas, em sintonia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030. Evidentemente, são muitos os desafios a serem enfrentados para que o Estado possa alcançar o pleno equilíbrio entre crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente. Além do mais, para que isso seja possível, é fundamental que os municípios piauienses compartilhem da mesma intenção. Ainda que muitas ações sejam centralizadas pelo governo federal e estadual, é na esfera municipal onde os efeitos das decisões tomadas se manifestam.





3.

Visão de Futuro

VISÃO DE FUTURO 2030

Piauí desenvolvido e sustentável
Desenvolvimento humano muito alto (IDHM>0,80)

O Estado do Piauí avançou expressivamente no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nas últimas décadas. Entre 1991 e 2010, foi o segundo Estado que mais avançou no IDH, perdendo apenas para o Tocantins, de acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD usando dados do Censo.

O índice calculado pelo IETS (2018), a partir dos dados da PNAD anual do IBGE, mostra que o Estado registrou o quinto maior aumento entre os estados de 2002 a 2014. Entre 2011 e 2015, conforme os dados do Radar IDHM, o Piauí está entre os estados que mais avançaram.

Apesar do avanço, alcançar maior desenvolvimento humano ainda é um enorme desafio para o Estado. Os dados mais recentes do Radar IDHM, com base na Pnad Contínua de 2017, mostram que o Piauí tem o terceiro menor IDH entre as Unidades da Federação, posição superior aos estados de Alagoas e do Maranhão.

A visão de futuro, **Piauí Desenvolvido e Sustentável**, se concretiza com o alcance

de um índice de desenvolvimento humano superior a 0,80 até 2030. Para o seu alcance, entre 2017 e 2030, o Estado segue com média de 0,008 ao ano, similar a do período de 2011 a 2015 e um pouco superior à observada entre 2016 e 2017 (0,007).

Piauí Desenvolvido e Sustentável expressa o futuro desejado para o Estado até 2030, alcançando um nível de desenvolvimento humano muito alto, isto é, um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) superior a 0,80.

Para alcançar a visão de futuro desejada faz-se necessário atuar em seis eixos estratégicos – Saudável e Seguro, Inclusivo e sem Pobreza, Oportunidade para Todos, Próspero e Inovador, Sustentável, Eficiente e Integrado – cujos desafios indicam os resultados estratégicos que devem ser obtidos no prazo esperado. Os desafios estratégicos são quantificados em indicadores de impacto para os quais definiu-se metas para 2030 que dialogam direta ou indiretamente com o nível de desenvolvimento humano almejado. Os eixos estratégicos se coadunam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030.





4.

Metas de 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável é definido como o processo que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades.

Desenvolvimento sustentável demanda um esforço conjunto para a construção de um futuro inclusivo, resiliente e de modo responsável para todas as pessoas e todo o planeta. Para se alcançar esse desenvolvimento, é crucial harmonizar três elementos centrais: crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente. Estes elementos são interligados e fundamentais para o bem-estar dos indivíduos e das sociedades.

Eradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões é um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Para esse fim, deve haver a promoção de um crescimento econômico sustentável, inclusivo e equitativo, criando melhores oportunidades para todos, reduzindo as desigual-

dades, elevando padrões básicos de vida, estimulando a inclusão e o desenvolvimento social justo, promovendo, assim, o gerenciamento integrado e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas.

Em setembro de 2015, chefes de Estado, de Governo e altos representantes da Organização das Nações Unidas reuniram-se em Nova York e adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual inclui os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A nova Agenda de Desenvolvimento propõe uma ação mundial coordenada entre os governos, as empresas, a academia e a sociedade civil para alcançar os 17 ODS e suas 169 metas, de forma a erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta.

A realização da Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é, antes de tudo, um compromisso assumido pelo país e que precisa contar com o engajamento de governos e organizações

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



em todos os âmbitos, do federal ao municipal, e de seus habitantes. Nesse arranjo, as Unidades Federativas têm uma importância central, pois podem transformar a implementação da Agenda 2030 em algo concreto e eficiente, próximo da realidade e do cotidiano das pessoas.

Cabe ressaltar que, de acordo com as diretrizes para a implementação da Agenda 2030, os ODS não são legalmente vinculantes, o que significa dizer que o atingimento de suas metas não se constitui uma obrigação, mas servem, antes de tudo, como referência para a tomada de decisão, tendo no seu conjunto de indicadores uma base de comparação para se avaliar a trajetória de países, estados ou municípios em relação ao desenvolvimento sustentável. No mais, nem todos os ODS têm metas diretamente ligadas às responsabilidades dos governos subnacionais (estados e municípios), o que torna a localização da Agenda 2030, isto é, a ponderação dos contextos subnacionais em sua implementação, ainda mais relevante.

Nessa esteira, no dia 6 de outubro de 2016, o Governo do Estado do Piauí assinou um memorando de entendimento com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU), estabelecendo um marco para a cooperação técnica com o objetivo de apoiar o Governo do Piauí na avaliação, formulação e implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento do Estado com foco nos ODS e na Agenda 2030. Essa iniciativa ganhou especial relevância diante dos esforços engendrados ao longo dos últimos anos pelo Governo do Piauí para a consolidação da sua política de desenvolvimento territorial sustentável, que somados ao desejo expresso pelo Exmo. Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias, de elevar o Índice de Desenvolvimento Humano do Estado para o nível alto até o ano de 2030 – caracterizou um avanço sem precedentes para o desenvolvimento do Piauí.

Desde então, dentre outras iniciativas, teve início um trabalho minucioso para a localização de indicadores que pudessem responder, no âmbito do estado do Piauí, aos temas contemplados na Agenda 2030. Essa localização considerou critérios estabelecidos pela ONU, no que se refere à obtenção de dados desagregados em gênero e raça/cor para o nível estadual, além de continuidade e temporalidade – para que seja possível monitorar, no menor espaço de tempo possível, os avanços obtidos em direção as metas que compõem os ODS.

Ao todo foram localizados 48 indicadores relacionados à Agenda 2030, dos quais 34 diretamente associados a 23 metas, contemplando 10 dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Esse conjunto de indicadores, constitui, a partir de agora, o marco referencial para o acompanhamento da implementação da Agenda 2030 no Estado do Piauí, e pode ser monitorados pela sociedade por meio da Plataforma ODS – Piauí, disponibilizada no site da Secretaria de Planejamento.

Em função do seu caráter indivisível, os ODS não podem ser individualmente vinculados aos indicadores de impacto. Entretanto, suas metas e objetivos precisam ser analisados em seu conjunto, para que se possa avaliar a harmonia entre as diferentes ações governamentais, premissa fundamental para o desenvolvimento sustentável. Assim sendo, todos os indicadores de impacto do PPA 2020-2023 encontram-se relacionados, direta ou indiretamente, a um, ou mais de um ODS e suas metas. Dessa maneira, orientaram a elaboração dos objetivos e diretrizes do presente PPA, servindo como referência para o planejamento e, sobretudo, como um importante instrumento para a tomada de decisão no âmbito da construção das ações a serem implementadas, pois possibilitam avaliar os diversos *trade-off* inerentes ao planejamento multissetorial.



1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia

1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos

3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos

3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de aids, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis

3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar

3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas

3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais



4.a Construir e melhorar instalações físicas para a educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos



5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública



6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos

6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura em âmbito mundial

6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água



8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita, de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, pelo menos um crescimento anual de 7% do produto interno bruto nos países de menor desenvolvimento relativo

8.2 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, financeiros, e de seguros para todos

8.5 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão-de-obra

8.10 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor



11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros



15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável



16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares

16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos



17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas



5.

**Fazer Agora e
Construir o Futuro**

5.1 Programas, Contextualização, Objetivos, Indicadores, Diretrizes e Ações Orçamentárias

PIAUÍ SAUDÁVEL – Programa 001



Contextualização

Ao longo dos últimos anos, o Piauí tem empreendido esforços em ações de assistência integral e acesso igualitário à saúde, com foco na (re)estruturação das redes de atenção à saúde, incluindo o apoio aos municípios para a efetivação da atenção primária como coordenadora e ordenadora do cuidado.

O Estado ocupa, atualmente, o primeiro lugar em termos de provisão de atenção básica no país, com uma taxa de 99,8% de cobertura. No entanto, ainda que diversos indicadores da saúde apontem para avanços significativos, são muitos os desafios que o Estado precisa enfrentar no que se refere à efetivação do atendimento integral à saúde com qualidade, equidade, segurança e em tempo adequado.

Com um gasto *per capita* com saúde superior à média observada entre os estados do Nordeste, o Piauí ainda apresenta uma taxa de mortalidade infantil superior à média da região. Apresenta, ainda, a mesma posição no que se refere à mortalidade materna e óbitos em decorrência de doenças crônicas não transmissíveis.

Esta realidade respaldou a elaboração de medidas, refletidas no presente Plano Plurianual, voltadas para o desenvolvimento de ações e políticas públicas integradas, abrangendo a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo o atendimento na atenção básica (sob responsabilidade dos poderes executivos municipais) e a oferta de serviços de média e alta complexidade de forma regionalizada, equânime e com elevado grau de resolutividade.

Público-Alvo

POPULAÇÃO SUS-DEPENDENTE

Unidades Gestoras

SECRETARIA DE SAÚDE e HOSPITAIS

Objetivos e Diretrizes Setoriais

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 1</p> <p>Contribuir para a efetivação da atenção primária em saúde como coordenadora e ordenadora do cuidado nos municípios do Estado, focalizando a promoção e prevenção de agravos e a redução de internações e mortes evitáveis e o seguimento conforme linhas de cuidado.</p>	<p>1.1 Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica;</p> <p>1.2 Internações por condições sensíveis à Atenção Básica;</p> <p>1.3 Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

1- Articular e fortalecer parcerias intersetoriais em interface com outras políticas de assistência social, de educação, segurança, transporte, meio ambiente e saneamento básico e geração de renda, com foco na atenção primária em saúde;

2- Disseminar e potencializar a prática de pesquisa com ênfase nas políticas públicas de atenção primária em saúde, evidenciando determinantes sociais da saúde para a tomada de decisões da gestão estadual;

3- Elaborar e consolidar a Política Estadual de Atenção Primária e de Atenção Especializada, promovendo a integração da Atenção Primária com as ações e serviços da Atenção Especializada secundária e terciária;

4- Fortalecer a intersetorialidade de ações e serviços de saúde na interface com as Políticas Públicas, no âmbito do SUS, com foco na atenção primária em saúde;

5- Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial, com ênfase no enfrentamento à dependência de álcool, crack e outras drogas;

6- Garantir atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, com estímulo ao envelhecimento ativo e fortalecimento das ações de promoção da saúde e prevenção do risco de adoecimento;

7- Implementar gestão do cuidado, através da elaboração das linhas de cuidado de urgência e emergência, pessoa com deficiência, para a saúde da mulher e do homem nos diferentes ciclos de vida, para pessoas com transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas e pacientes crônicos;

8- Implementar, em parceria com os municípios, os Centros de Atenção Ambulatorial Especializada articulados com a Atenção Primária;

9- Integrar ações setoriais da saúde, com outras áreas do poder público na promoção da saúde e na prevenção de agravos e redução de mortes evitáveis;

10- Priorizar nas políticas setoriais de abrangência estadual os objetivos do Desenvolvimento Sustentável nas regiões e macrorregiões de saúde, com foco na atenção primária em saúde.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 2</p> <p>Garantir o acesso da população aos serviços de média e alta complexidade, considerando a qualidade e a segurança do paciente em todos os níveis de atenção e do cuidado (ambulatorial e hospitalar).</p>	<p>2.1 Tempo de permanência de paciente em fila de espera por especialidade médica;</p> <p>2.2 Percentual de serviços notificados regularmente (10 a 12 meses) e eventos adversos no NOTIVISA e FORMSUS;</p> <p>2.3 Serviços de saúde que realizam autoavaliação das práticas de segurança do paciente, conforme determinação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS).</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Elaborar e consolidar a Política Estadual de Atenção Hospitalar;
- 2- Estruturar sistemas logísticos de apoio ao atendimento médico nos municípios piauienses em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) vinculados à rede estadual;
- 3- Fortalecer o processo de descentralização da Gestão e das Ações de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar junto aos municípios do Estado;
- 4- Fortalecer o processo de implementação de políticas de assistência farmacêutica, laboratorial, assistência hematológica e hemoterápica e de transplantes no âmbito do SUS-PI;
- 5- Integrar o sistema de regulação assistencial e de acesso, incluindo a integração de leitos das redes municipal, estadual e federal no âmbito do estado do Piauí;
- 6- Integrar regionalmente a rede de saúde para potencializar o atendimento na atenção especializada e de alta complexidade, otimizando o sistema de transporte de pacientes; a gestão da distribuição de medicamentos e o sistema de apoio diagnóstico e terapêutico, tendo as cidades-polos das macrorregiões de saúde como referência;
- 7- Promover e ampliar a adesão dos serviços de saúde, em consonância com a Rede de Atenção à Saúde em todos os níveis, às práticas de segurança do paciente e de prevenção e controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS);
- 8- Qualificar a Assistência à Saúde e a Gestão Hospitalar dos Estabelecimentos de Atenção à Saúde (pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde – RAS), implementando os Planos de Educação Permanente.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 3</p> <p>Potencializar, modernizar e qualificar a gestão da saúde, com disseminação de novos modelos de gestão, inovação tecnológica e otimização de processos administrativos-gerenciais, financeiros e jurídicos, além de fortalecimento da parceria com o controle social.</p>	<p>3.1 Percentual de municípios com Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HÓRUS) ou Programa Proprietário Webservice;</p> <p>3.2 Proporção de hospitais de esfera administrativa estadual com prontuário eletrônico implantado e em funcionamento;</p> <p>3.3 Proporção de hospitais de esfera administrativa estadual com sistema informatizado de gestão hospitalar implantado e em funcionamento.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Aprimorar as instâncias de pactuação e Controle Social tornando mais efetivo o Sistema de Governança do Sistema Único de Saúde – SUS (Comissão Intergestores Regional – CIR; Comissão Intergestores Bipartite – CIB e Comissão de Integração Ensino Serviço – CIES, Câmaras Técnicas e Conselhos de Saúde);
- 2- Desenvolver, no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde a cultura de gestão de custos, integrando as áreas técnicas e financeira e priorizando a alocação desses recursos na execução das ações previstas nos instrumentos de planejamento – Plano Plurianual (PPA) e Plano Estadual de Saúde (PES);
- 3- Fomentar a captação e aplicação de recursos financeiros com equidade nas regiões de saúde, reduzindo desigualdades;
- 4- Fortalecer e aprimorar a regionalização com o funcionamento efetivo das 11 (onze) Coordenações Regionais de Saúde;
- 5- Fortalecer e aprimorar o processo de informação, conhecimento e comunicação no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS/PI), garantindo inovação científica e tecnológica;
- 6- Fortalecer e aprimorar o processo de planejamento, controle, monitoramento, avaliação e o modelo de gestão da SESAPI;
- 7- Fortalecer o processo de implantação e qualificação das Redes Temáticas de Atenção à Saúde no âmbito do Estado e elaborar Plano de Redes para as regiões e macrorregiões de saúde ainda não contempladas;
- 8- Modernizar o parque de equipamentos e de informática da Secretaria Estadual de Saúde e de suas unidades hospitalares e descentralizadas;
- 9- Qualificar e modernizar a gestão da saúde, garantindo a reposição e complementação das equipes com servidores efetivos, bem como incentivar sistemas de avaliação permanente de desempenho e qualificação profissional.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 4</p> <p>Promover a equidade na cobertura da saúde materna e na infância, em todos os níveis de atenção e garantir o aumento da resolutividade e a redução da morbimortalidade, com foco nas causas evitáveis.</p>	<p>4.1 Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou + consultas de pré-natal;</p> <p>4.2 Taxa de mortalidade materna global;</p> <p>4.3 Taxa de mortalidade na infância;</p> <p>4.4 Taxa de mortalidade neonatal.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

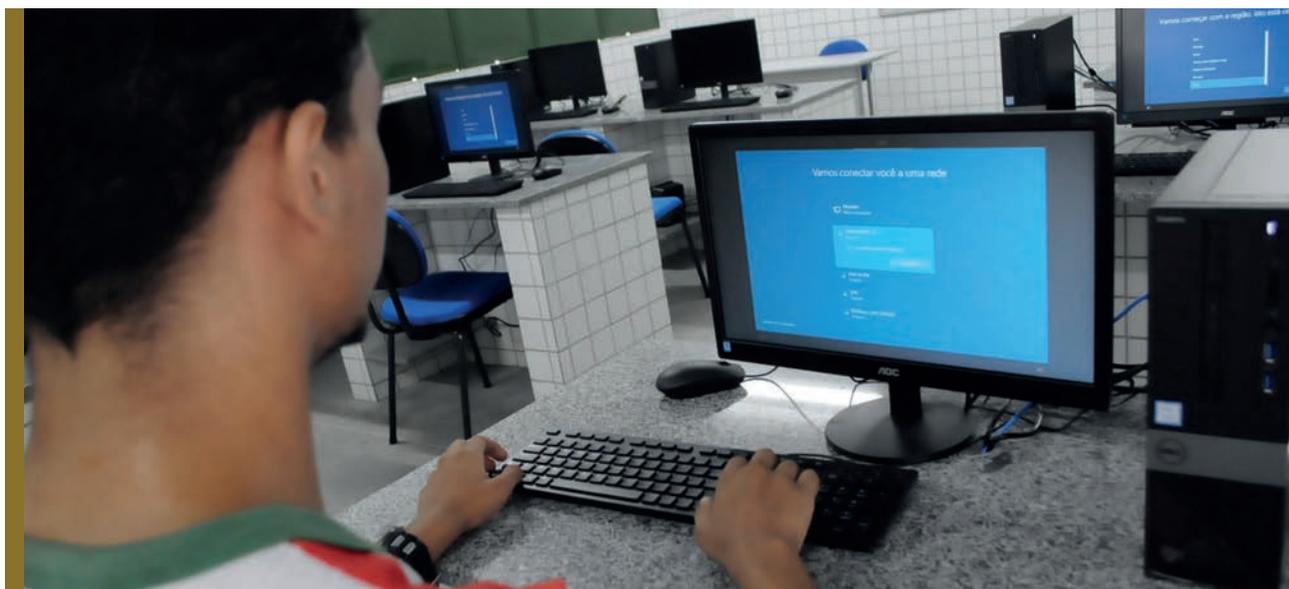
- 1- Apoiar os municípios na gestão do cuidado, através do fortalecimento da atenção primária, qualificação do acesso aos serviços de atenção secundária e terciária;
- 2- Fortalecer a Educação Permanente em Saúde respeitando o quadrilátero: gestão, ensino, serviço e controle social;
- 3- Fortalecer a Vigilância, Sistemas de Informação em Saúde e Comunicação, com vistas a melhor compreensão dos determinantes e condicionantes da saúde materna e na infância;
- 4- Organizar e qualificar a Rede de Atenção Materna e na Infância, com ênfase na atenção à saúde sexual, reprodutiva, pré-natal, parto, nascimento, puerpério e na infância;
- 5- Promover e articular a governança do Plano de Enfrentamento à Mortalidade Materna e na Infância.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 5</p> <p>Reduzir os riscos, agravos e a morbimortalidade decorrente de doenças não transmissíveis, de doenças transmissíveis, reemergentes e negligenciadas, com ênfase na prevenção, na imunização e na promoção das ações de vigilância em saúde ambiental, sanitária, do trabalhador e epidemiológica.</p>	<p>5.1 Óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT);</p> <p>5.2 Proporção de CAPS realizando ações de matriciamento sistemático com equipes de Atenção Básica;</p> <p>5.3 Proporção de cura de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes;</p> <p>5.4 Proporção de municípios que realizam todas as ações de vigilância sanitária consideradas necessárias;</p> <p>5.5 Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade com cobertura vacinal preconizada;</p> <p>5.6 Taxa de casos por doenças transmitidas pela água e tropicais negligenciadas;</p> <p>5.7 Taxa de mortalidade específica por doenças transmissíveis.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Articular práticas e processos integrados de trabalho das vigilâncias epidemiológica, sanitária, em saúde ambiental e em saúde do trabalhador e dos laboratórios de saúde pública, preservando suas especificidades e respeitando a diversidade localregional;
 - 2- Contribuir para o desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis no âmbito das políticas públicas com foco nas ações de vigilância em saúde;
 - 3- Fortalecer a intersetorialidade e a implementação de ações efetivas para o controle e redução de danos à saúde decorrente das violências, comportamento suicida e acidentes de trânsito, contribuindo na redução de custos na assistência e na promoção da saúde das populações;
 - 4- Fortalecer as ações de educação e comunicação de vigilância em saúde direcionadas aos profissionais do SUS, ao setor regulado e à população em geral, compartilhando saberes e tecnologias;
 - 5- Fortalecer as ações de imunização potencializando o alcance das metas de cobertura estimadas;
 - 6- Fortalecer a rede hospitalar para acolhimento, manejo, tratamento e acompanhamento dos agravos de saúde mental, dentre eles, os decorrentes de tentativa de suicídio e violências autoprovocadas;
 - 7- Intensificar e integrar as ações setoriais da atenção primária, das vigilâncias e da assistência em saúde, fortalecendo os processos de trabalho no acesso, diagnóstico, tratamento e monitoramento das doenças transmissíveis, reemergentes e negligenciadas;
 - 8- Intervir na gestão dos riscos e agravos à saúde considerando seus determinantes e condicionantes tanto individuais como coletivos, por meio de estratégias para identificação, planejamento, intervenção, regulação, comunicação, monitoramento de riscos, doenças e agravos, incluindo os relacionados ao trabalho;
 - 9- Modernizar práticas gerenciais e operacionais para o enfrentamento das doenças negligenciadas, estruturando, institucionalizando e implementando linhas de cuidado na Rede de Atenção à Saúde (RAS);
 - 10- Promover a gestão da qualidade por meio das ações e serviços de fiscalização, monitoramento e controle de estabelecimentos e produtos;
 - 11- Promover a intersetorialidade e a qualificação dos processos de trabalho para a melhoria do acesso, diagnóstico, tratamento e reabilitação de agravos resultantes de violências e acidentes;
 - 12- Prover apoio técnico e institucional aos municípios no controle dos vetores de origem biológico e não biológico mitigando seus efeitos maléficos à saúde da população.
-

EDUCAÇÃO PARA TODOS – Programa 002



Contextualização

O estado do Piauí avançou significativamente na área da educação ao longo dos últimos anos, alcançando resultados progressivos conforme demonstrado por indicadores públicos de abrangência nacional.

O IDEB é um exemplo do progresso alcançado pela rede pública, que apresentou evolução positiva em todos os níveis de ensino (Fundamental I, II e Médio). No entanto, quando comparado aos demais estados brasileiros, a performance do Piauí permanece sendo comparativamente menor. Sua melhor colocação nos *rankings* do IDEB foi no Ensino Fundamental II, alcançando o 16º maior índice do país.

Essa situação se repete quando observados indicadores como a frequência de crianças de 0 a 3 anos nas creches (26,4%, em 2018); a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (16,1%, em 2018) e a escolaridade de nível Fundamental (61% dos adolescentes de 15 a 17 anos), entre outros.

Nesse contexto, torna-se primordial estabelecer políticas públicas que promovam, em todos os níveis educacionais, o acesso de modo inclusivo, sem distinção de etnia, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, condições físicas e psicológicas, renda e idade – bem como garantir a elevação da qualidade na prestação dos serviços públicos educacionais, tendo em vista o pleno desenvolvimento das potencialidades da atual e das próximas gerações.

Para tanto, foram traçadas ações estratégicas e sinérgicas visando à ampliação do grau de proficiência e estímulo ao aprendizado dos alunos do ensino regular, a ampliação do atendimento educacional de jovens e adultos, buscando a redução da taxa de analfabetismo como ação conjunta ao ensino regular, e a ampliação da oferta de vagas na educação técnico-profissional, superior e das atividades de pesquisa e extensão – em observância às potencialidades dos Territórios de Desenvolvimento e dos Arranjos Produtivos Locais do Estado.

Público-Alvo

ALUNOS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL BÁSICA (REGULAR, EJA, TÉCNICO-PROFISSIONAL) E DE ENSINO SUPERIOR

Unidades Gestoras

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, UESPI, TV ANTARES

Objetivos e Diretrizes Setoriais

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 1</p> <p>Ampliar a oferta de vagas na educação profissional, priorizando as potencialidades econômicas dos Territórios de Desenvolvimento e dos Arranjos Produtivos Locais do Estado.</p>	<p>1.1 Participação das matrículas do Ensino Médio Integrado no total de matrículas Ensino Médio;</p> <p>1.2 Proporção da população de 16 anos ou mais que concluiu ou frequenta o ensino médio técnico.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

1- Ampliar a oferta da Educação Técnico-Profissional em todos os municípios do Estado, reestruturando o modelo de atendimento, conforme orientações do Plano Estratégico de Expansão de Educação Profissional;

2- Desenvolver e implementar mecanismos de acompanhamento, monitoramento e incentivo à inserção dos egressos dos cursos técnico-profissionais ofertados pela rede pública estadual no mundo do trabalho;

3- Implantar, em regime de colaboração com municípios, mecanismos de divulgação da oferta de educação profissional técnica de nível médio junto às escolas de ensino fundamental da rede pública, considerando as potencialidades dos Arranjos Produtivos Locais e as demandas de cada Território de Desenvolvimento identificadas no Plano Estratégico de Expansão de Educação Profissional;

4- Melhorar as condições de funcionamento das escolas de Educação Técnico-Profissional, garantindo material pedagógico adequado ao desenvolvimento de sua qualificação para o trabalho;

5- Reestruturar o modelo de atendimento das demandas por cursos técnico-profissionais, considerando a forma de atendimento adequada (presencial e/ou mediação tecnológica) e as exigências do mundo do trabalho de cada Território.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 2</p> <p>Corrigir o fluxo educacional e garantir educação na idade certa, reduzindo os índices de distorção idade-série, de evasão, e de abandono em todos níveis educacionais, priorizando o Ensino Médio.</p>	<p>2.1 Taxa de Abandono (Ensino Médio – Rede Estadual);</p> <p>2.2 Taxa de Distorção Idade-Série (Ensino Fundamental II) – Rede Pública Estadual;</p> <p>2.3 Taxa de Distorção Idade-Série (Ensino Médio) – Rede Pública Estadual</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Assegurar o monitoramento contínuo e a avaliação periódica dos indicadores de transição (promoção, repetência e evasão escolar);
- 2- Desenvolver mecanismos de conscientização dos docentes, discentes e das comunidades escolares tendo em vista o respeito à diversidade cultural, étnica, de gênero e de orientação sexual na Rede Estadual de Ensino Regular;
- 3- Fortalecer, em regime de colaboração com as secretarias municipais, a aceleração da aprendizagem e o acompanhamento individualizado dos estudantes, com vistas à garantia do direito à permanência e aproveitamento escolar;
- 4- Garantir o acompanhamento socioeducacional dos educandos em situação de distorção idade-série;
- 5- Promover, em articulação com os municípios, os serviços de assistência social e de proteção à adolescência e juventude, o processo de busca ativa de alunos fora da escola, com foco na faixa de 15 a 17 anos;
- 6- Reestruturar a rede de atendimento noturno, contemplando a forma de atendimento, às metodologias pedagógicas e às modalidades de ensino.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 3</p> <p>Elevar o grau de proficiência dos alunos da rede pública em todos os níveis de ensino, priorizando o Ensino Médio.</p>	<p>3.1 IDEB Ensino Fundamental I (Rede Estadual);</p> <p>3.2 IDEB Ensino Fundamental I (Rede Pública Total);</p> <p>3.3 IDEB Ensino Fundamental II (Rede Estadual);</p> <p>3.4 IDEB Ensino Fundamental II (Rede Pública Total);</p> <p>3.5 IDEB Ensino Médio (Rede Estadual).</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Ampliar a oferta de vagas de Educação em Tempo Integral, garantindo adequação de infraestrutura escolar quando necessário;
 - 2- Aprimorar os mecanismos de seleção, formação e avaliação de desempenho dos gestores escolares, bem como incentivar sistemas de avaliação permanente de desempenho para os profissionais da educação na Rede Estadual de Ensino Regular;
 - 3- Assegurar a formação inicial e continuada tanto externa quanto no “chão da escola” aos profissionais da educação, considerando as especificidades e necessidades de cada modalidade de ensino na Rede Estadual de Ensino Regular;
 - 4- Criar programas de orientações pedagógicas e de cursos de capacitação específicos para os professores em estágio probatório, com foco na qualidade do processo de ensino e aprendizagem e no bom desenvolvimento e gerenciamento de sala de aula;
 - 5- Garantir a adequação progressiva de infraestrutura física e tecnológica, bem como das condições pedagógicas e metodológicas adequadas à permanência e ao desempenho dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
 - 6- Garantir a adequação progressiva de infraestrutura física, tecnológica e operacional, bem como das condições pedagógicas e metodológicas das escolas da rede estadual, tendo em vista a permanência e o desempenho dos alunos na Rede Estadual de Ensino Regular;
 - 7- Intensificar a relação comunidade-escola, incentivando a construção de propostas pedagógicas e calendários escolares aderentes às histórias, vivências, realidades e modos de vida de cada território, bem como de currículos escolares que articulem conteúdos obrigatórios e eletivos contextualizados, inclusive considerando as peculiaridades das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas;
 - 8- Intensificar a relação família-escola de modo a manter os responsáveis atualizados sobre as práticas e metodologias de sala de aula e o desempenho dos alunos;
 - 9- Potencializar, modernizar e qualificar a gestão da educação mediante inovação tecnológica e a otimização e padronização de modelos de gestão e de processos administrativos-gerenciais na Rede Estadual de Ensino Regular;
 - 10- Promover ações que estimulem o estudo dos componentes curriculares de Matemática, Língua Portuguesa e Ciências em todos os níveis de ensino, priorizando o Ensino Médio.
-

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 4</p> <p>Expandir as atividades de pesquisa nas diversas áreas levando em consideração o caráter multidisciplinar e as demandas e potencialidades dos Territórios de Desenvolvimento.</p>	<p>4.1 Número de bolsas de pesquisa concedidas pela UESPI/CAPES aos programas de pós-graduação;</p> <p>4.2 Número de cursos de pós-graduação com nota igual ou superior a 4 na escala CAPES;</p> <p>4.3 Número de mestres titulados na instituição UESPI.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Implementar o sistema interno de avaliação da pesquisa e da produção intelectual;
- 2- Incentivar a produção e publicação científica através de concessão de bolsas, apoio a eventos científicos e realização de parcerias com instituições de ensino superior, nacionais e internacionais;
- 3- Incentivar inovações e patentes estratégicas para desenvolvimento do Estado no que concerne aos aspectos da ciência, tecnologia e inovação;
- 4- Melhorar mecanismos de edição e publicação dos trabalhos científicos produzidos na UESPI;
- 5- Promover articulação com órgãos nacionais e estrangeiros de pesquisa e fomento;
- 6- Promover parcerias com e entre as instituições de Ensino Superior e agências de fomento à pesquisa, com vistas à expansão das atividades de pesquisa alinhadas às potencialidades dos Arranjos Produtivos Locais e às demandas socioeconômicas dos Territórios de Desenvolvimento.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 5</p> <p>Expandir, democratizar e qualificar a oferta de graduação, pós-graduação e extensão no Estado do Piauí de modo integrado às potencialidades e às demandas dos Territórios de Desenvolvimento, fortalecendo o tripé ensino-pesquisa-extensão.</p>	<p>5.1 Nota da UESPI – Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC);</p> <p>5.2 Número de cursos de graduação ofertados na UESPI com nota 4 ou 5 no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE);</p> <p>5.3 Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente da UESPI;</p> <p>5.4 Porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais com nível superior completo.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Ampliar a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação (*lato e stricto sensu*), levando em consideração as potencialidades dos Arranjos Produtivos Locais e as demandas socioeconômicas dos Territórios de Desenvolvimento, bem como o estabelecimento de parcerias interinstitucionais para ampliar a oferta de cursos de graduação, mestrado e doutorado;
- 2- Desenvolver mecanismos de conscientização dos docentes, discentes e das comunidades escolares

DIRETRIZES SETORIAIS

tendo em vista o respeito à diversidade cultural, étnica, de gênero e de orientação sexual no Ensino Superior;

3- Estabelecer parcerias com as Instituições Públicas de Ensino Superior para ampliar, progressivamente, a oferta de cursos de licenciatura alinhados às demandas e às necessidades de formação das redes públicas (municipal e estadual) de educação básica, tendo em vista as áreas/disciplinas com déficit de profissionais com formação adequada;

4- Estabelecer parcerias com as instituições públicas de ensino superior para expansão progressiva da oferta de vagas de graduação em cursos noturnos;

5- Implementar, em parceria com o MEC e o IES (públicos e privados), ações para a manutenção e ampliação do programa da UAB no Piauí, disponibilizando a plataforma de mediação tecnológica como um recurso pedagógico extra aos professores;

6- Implementar políticas institucionais de extensão, de interação social e cultural, através de programas, projetos e ações extensionistas;

7- Potencializar, modernizar e qualificar a gestão da educação mediante inovação tecnológica e a otimização e padronização de modelos de gestão e de processos administrativos-gerenciais no Ensino Superior;

8- Promover a melhoria da infraestrutura das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UESPI;

9- Promover parcerias com empresas públicas e privadas com foco na realização de estágio, integrando a academia e a sociedade;

10- Qualificar docentes e técnicos administrativos da UESPI, bem como ofertar e facilitar formação continuada dos profissionais do Governo do Estado do Piauí;

11- Universalizar o acesso, ampliando a oferta de cursos da UAPI conforme demandas dos Territórios, inclusive através da mediação tecnológica.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 6</p> <p>Oferecer programação audiovisual voltada para a informação, cultura e educação.</p>	<p>6.1- Número de municípios com sinal digital da TV Antares.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

1- Ampliar o sinal digital da TV Antares para todo o Estado do Piauí;

2- Garantir infraestrutura digital adequada à expansão da estratégia de mediação tecnológica na educação básica.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 7</p> <p>Reduzir a incidência do analfabetismo na população piauiense e ampliar o atendimento educacional de jovens e adultos, assegurando a permanência e o sucesso do aluno.</p>	<p>7.1 População apta ao Ensino de Jovens e Adultos (EJA – EM);</p> <p>7.2 Porcentagem de matrículas de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio integradas à Educação Profissional;</p> <p>7.3 Taxa de analfabetismo na população jovem e adulta.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Adequar a implementação do currículo às especificidades da modalidade da EJA;
- 2- Ampliar o atendimento do PROEJA nas escolas de educação profissional por meio da extensão da oferta da modalidade no 3º turno;
- 3- Aprimorar os mecanismos de seleção, formação e avaliação de desempenho dos gestores escolares, bem como incentivar sistemas de avaliação permanente de desempenho para os profissionais da Educação de Jovens e Adultos;
- 4- Assegurar a formação inicial e continuada, tanto externa quanto no “chão da escola”, aos profissionais da educação, considerando as especificidades e necessidades de cada modalidade de ensino na Educação de Jovens e Adultos;
- 5- Consolidar o regime de colaboração entre Estado e municípios promovendo a alfabetização na idade certa, a formação continuada, o levantamento de demandas de atendimento e a busca ativa para a EJA;
- 6- Desenvolver, em parceria com os gestores escolares da rede estadual, diagnósticos situacionais e projetos específicos e transversais de incentivo à permanência e sucesso do aluno da EJA;
- 7- Desenvolver mecanismos de conscientização dos docentes, discentes e das comunidades escolares tendo em vista o respeito à diversidade cultural, étnica, de gênero e de orientação sexual na Educação de Jovens e Adultos;
- 8- Garantir a adequação progressiva de infraestrutura física, tecnológica e operacional, bem como das condições pedagógicas e metodológicas das escolas da rede estadual, tendo em vista a permanência e o desempenho dos alunos na Educação de Jovens e Adultos;
- 9- Garantir o pleno acesso dos alunos da EJA a recursos pedagógicos necessários ao sucesso escolar;
- 10- Potencializar, modernizar e qualificar a gestão da educação mediante inovação tecnológica e a otimização e padronização de modelos de gestão e de processos administrativos-gerenciais na Educação de Jovens e Adultos.

PIAUÍ SEGURO – Programa 003



Contextualização

A crise econômico-financeira, em nível nacional, acarreta significativos impactos na segurança pública, sendo esta uma das principais preocupações da população piauiense e dos brasileiros nos últimos anos.

Nesse cenário, apesar de figurar entre os estados brasileiros com algumas das menores taxas de homicídios, o estado do Piauí ainda apresenta um desempenho melhor que as médias nordestina e brasileira para alguns indicadores de violência. No que se refere à taxa de homicídios, o Estado tem o 3º menor índice do país, no entanto, observou-se, ao longo dos últimos 10 anos, uma alta de 56% nas ocorrências de homicídios, sendo a maior parte deles cometidos contra a população jovem e negra.

O índice de feminicídio também aumentou no Estado, superando a média brasileira, assim como foram registrados aumentos nas taxas de roubos a transeuntes, a estabelecimentos comerciais e a residências no Estado.

No tocante à segurança no trânsito, o Piauí é o único estado do Nordeste onde o número de óbitos no trânsito superam os decorrentes de homicídios. Esse contexto indica a importância de se promover, por meio da integração da Polícia Militar e Civil, Secretaria de Segurança e Justiça, Corpo de Bombeiros e o Detran, políticas e ações integradas de prevenção, vigilância e combate aos crimes, acidentes de transporte, incêndios e riscos naturais.

As ações construídas relacionadas ao próximo quadriênio apontam para a utilização de sistemas de informação inteligentes visando à promoção do desenvolvimento humano com segurança, promoção de direitos humanos e proteção de grupos populacionais vulneráveis.

Público-Alvo

POPULAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ

Unidades Gestoras

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, SECRETARIA DA JUSTIÇA, POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, SECRETARIA DE DEFESA CIVIL, DETRAN

Objetivos e Diretrizes Setoriais

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 1</p> <p>Ampliar a capacidade de atuação em ações preventivas, emergenciais, assistenciais e recuperativas do Sistema de Defesa Estadual, com vistas a garantir maior grau de resiliência frente aos desastres e sinistros, com foco nos períodos de estiagem, queimadas e/ou enchentes.</p>	<p>1.1 Número de queimadas no estado do Piauí;</p> <p>1.2 Taxa de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

1- Aprimorar a gestão dos desastres por meio da assistência emergencial às pessoas vitimadas, do restabelecimento de serviços essenciais e da recuperação dos cenários atingidos;

2- Aprimorar a gestão dos riscos por meio das ações de prevenção (fiscalização, conscientização e outras), da estruturação do sistema de defesa e da preparação para desastres, estimulando a auto-proteção dos cidadãos e proporcionando maior resiliência e segurança diante dos eventos adversos;

3- Garantir a manutenção e ampliação dos programas sociais de prevenção na área de defesa, contemplando as ações relacionadas à formação cidadã, aos projetos sociais e às ações educativas;

4- Implementar, em conjunto com os órgãos setoriais e municipais, políticas de prevenção, gerenciamento de riscos e assistência às pessoas vitimadas por eventos adversos.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 2</p> <p>Promover a gestão integrada do sistema estadual de segurança, defesa social, justiça e trânsito.</p>	<p>2.1 Número de Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs) instituídas;</p> <p>2.2 Número de Unidades Integradas de Segurança Pública em operação.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

1- Ampliar, aparelhar e modernizar as infraestruturas físicas, tecnológicas e operacionais dos órgãos e das unidades de segurança e defesa social, de trânsito e do sistema prisional;

2- Criar e implantar política de atenção à saúde física e psíquica dos servidores e agentes do sistema estadual de segurança pública;

3- Desenvolver e implantar o planejamento estratégico das setoriais ligadas à segurança pública, defesa social, justiça e trânsito;

4- Desenvolver protocolos e metodologias operacionais integrados bem como consolidar o com-

DIRETRIZES SETORIAIS

partilhamento de informações entre as forças de segurança, sistema prisional, saúde, educação e assistência social, considerando a articulação com os poderes e esferas administrativas;

5- Implementar a modernização tecnológica das instituições que integram o sistema da segurança pública, defesa social, justiça e trânsito;

6- Implementar o sistema estadual de gestão integrada de riscos;

7- Promover a equidade de gênero, étnico-racial e respeito às diversas crenças no âmbito das instituições de segurança e sistema prisional;

8- Qualificar os agentes públicos para a integração do Sistema Estadual de Segurança, Defesa Social, Justiça e Trânsito.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 3</p> <p>Promover a reintegração social dos presos e internados e maximizar as políticas voltadas ao egresso do sistema prisional, tendo em vista a garantia da dignidade da pessoa humana desde a inserção no sistema prisional até a reinserção na sociedade.</p>	3.1 Déficit carcerário;
	3.2 Número de eventos críticos no sistema prisional do Estado (Fugas);
	3.3 Número de eventos críticos no sistema prisional do Estado (mortes violentas);
	3.4 Número de eventos críticos no sistema prisional do Estado (rebeliões/motins);
	3.5 Percentual de presos com participação em atividades educativas durante cumprimento da pena;
	3.6 Percentual de presos com participação em atividades profissionais durante cumprimento da pena;
	3.7 Percentual de presos sem condenação;
	3.8 Taxa de analfabetismo no sistema prisional.

DIRETRIZES SETORIAIS

1- Implementar, ampliar e aprimorar a execução da Política Estadual de Alternativas Penais;

2- Ampliar o acesso à saúde dos presos e internados em todas as unidades, com foco na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP);

3- Desenvolver estratégias que visem ao aprimoramento e ao desenvolvimento de trabalho e renda no sistema prisional;

DIRETRIZES SETORIAIS

- 4- Equacionar o *déficit* carcerário baseado em estratégias de gestão de risco de pessoas custodiadas pelo Estado;
- 5- Garantir a oferta de educação aos detentos e internos do sistema prisional;
- 6- Promover estratégias de acompanhamento de egressos do sistema prisional, tendo em vista a (re) inserção no mercado de trabalho e a redução dos índices de reincidência;
- 7- Promover programas de assistência ao preso, fortalecendo o vínculo e a participação da família e da sociedade no acompanhamento de presos e internados.
-

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 4</p> <p>Promover a segurança no trânsito, reduzindo o número de infrações e, conseqüentemente, os índices de acidentes com vítimas e/ou com danos materiais, com foco em motociclistas e jovens condutores, tendo em vista a garantia da segurança nas rodovias e vias públicas urbanas no Estado.</p>	<p>4.1 Taxa de óbitos de jovens no trânsito;</p> <p>4.2 Taxa de óbitos no trânsito;</p> <p>4.3 Taxa de óbitos no trânsito (motociclistas).</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Ampliar as ações de regularização de condutores e de veículos automotores no Estado;
- 2- Ampliar, em parceria com os órgãos estaduais e municipais competentes, as ações de educação e fiscalização no trânsito, com atenção especial aos motociclistas e condutores de ciclomotores;
- 3- Fomentar a municipalização de trânsito nas cidades do Estado, com foco na regulamentação;
- 4- Promover a integração entre órgãos de segurança (PRF e PMPI) e de trânsito (Detran e Strans), no sentido de abranger a fiscalização em todo o Estado do Piauí.
-

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 5</p> <p>Promover a segurança pública para prevenir e reduzir a letalidade humana, a violência contra pessoas e os danos ao patrimônio.</p>	5.1 Taxa de crimes violentos patrimoniais;
	5.2 Taxa de esclarecimento de mortes violentas intencionais;
	5.3 Taxa de feminicídio;
	5.4 Taxa de homicídios da população negra e jovem;
	5.5 Taxa de mortes violentas intencionais;
	5.6 Taxa de mortes violentas letais intencionais (MVI) contra mulheres.

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Desenvolver o programa de monitoramento integrado, contemplando o parque tecnológico das unidades de segurança, a segurança eletrônica de empresas privadas e os sistemas municipais e estaduais;
- 2- Desenvolver protocolos e metodologias operacionais integrados, bem como consolidar o compartilhamento de informações entre as forças de segurança, sistema prisional, saúde, educação e assistência social, considerando a articulação com os poderes e esferas administrativas;
- 3- Garantir a manutenção e ampliação dos programas sociais desenvolvidos pelos órgãos e unidades de segurança, contemplando as ações relacionadas à formação cidadã, aos projetos sociais e às ações educativas;
- 4- Priorizar a proteção à vida com foco na redução de Mortes Violentas Intencionais (MVI);
- 5- Promover ações preventivas e/ou repressivas na segurança ao patrimônio;
- 6- Reduzir a violência de gênero, racial, étnica, religiosa, pessoas idosas, com deficiência, crianças e adolescentes.

PIAUÍ COM MAIS CULTURA, ESPORTE E LAZER – Programa 004



Contextualização

O estado do Piauí possui artistas das mais diversas áreas: artesanato, teatro, música, entre outras. Esse tom cultural próprio do Estado, distinto por suas crenças, seus tambores e suas alegrias compõem o cenário cultural do Piauí. Além disso, as memórias e os lugares viabilizam o sentido da cultura enquanto algo inerente à história e ao jeito de se fazer piauiense.

No campo do esporte, o Estado possui hoje, atletas reconhecidos nacional e internacionalmente, premiados em competições nacionais e mundiais.

O notável desempenho cultural e esportivo do Estado constitui um valioso patrimônio social do Piauí. Este arcabouço levou o poder público estadual a criar um programa específico voltado para organizar, manter e ampliar a cultura, o esporte e o lazer.

O programa Piauí com Mais Cultura, Esporte e Lazer visa promover uma vida saudável para os piauienses, ao passo que, para esse fim, estimula a inter-relação entre pessoas e espaços, levando em conta a geração de benefícios sociais e econômicos. Sobre este último, importa destacar que, segundo os dados do CAGED, o Piauí apresenta resultados positivos no âmbito da geração de emprego e renda relacionados às áreas de esporte e cultura.

O programa prevê ainda a oferta de um ambiente social que garanta a prática de atividades esportivas de modo satisfatório. As ações planejadas consideram, além de espaços para atividades físicas, a conservação de museus e implantação de espaços culturais. Por fim, o programa apresenta objetivos voltados à descentralização das ações de infraestrutura esportiva e cultural, para a promoção de um Estado com maior participação popular nas atividades esportivas e de lazer.

Público-Alvo

ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO, ALUNOS DA REDE DE ENSINO ESTADUAL, ASSOCIAÇÕES, FEDERAÇÕES, EDUCADORES FÍSICOS, SOCIEDADE EM GERAL. ARTISTAS, ARTESÃOS, PRODUTORES CULTURAIS, AGENTES E GESTORES CULTURAIS E SOCIEDADE

Unidade Gestoras

SECULT, FUNDESPI

Objetivos e Diretrizes Setoriais

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 1</p> <p>Ampliar o acesso e a produção cultural, expandindo a circulação de bens e serviços e conteúdos culturais.</p>	<p>1.1 Número de empregos formais em Cultura;</p> <p>1.2 Número de pessoas beneficiadas com oficinas e cursos de arte no Estado.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Articular políticas que contribuam para melhorar a gestão, a capacitação da produção cultural por meio de incentivos, participações e divulgação dos trabalhos realizados para garantir sua autossustentabilidade;
- 2- Integrar as ações culturais no Estado de forma a garantir a realização, manutenção e participação em diversas áreas da cultura;
- 3- Promover políticas de incentivo à cultura, que tenham como ponto central a promoção, circulação, consumo e visibilidade aos bens e produções da cultura piauiense.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 2</p> <p>Efetivar o esporte como fundamento econômico, profissional e educacional, ampliando a quantidade e qualidade dos esportistas de alto rendimento no Estado, bem como a participação de atletas piauienses em competições no nível local, estadual, regional, nacional e Internacional.</p>	<p>2.1 Número de empregos formais na área de esporte e educação física.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Articular ações institucionais por meio de parcerias que garantam o acompanhamento sistemático dos atletas de alto rendimento;
- 2- Desenvolver projetos esportivos, sociais e educacionais alinhados às diretrizes governamentais em nível estadual e federal;
- 3- Direcionar ações de execução e fomento esportivo voltados à produção de resultados efetivos em nível esportivo e geração de emprego e renda por meio de obras estruturantes e desenvolvimento de pequenos, médios e grandes eventos esportivos;
- 4- Disponibilizar material e locais adequados, através de parcerias institucionais, para a execução das práticas (treinamento) esportivas de alto rendimento;
- 5- Garantir condições e recursos direcionados à concessão de auxílio financeiro a atletas e paratletas de rendimento esportivo elevado.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 3</p> <p>Expandir, democratizar e qualificar os espaços culturais, integrados às potencialidades e às demandas dos Territórios de Desenvolvimento.</p>	<p>3.1 Despesa <i>per capita</i> – Cultura;</p> <p>3.2 Números de pessoas beneficiadas com oficinas e cursos de arte no Estado.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Ampliar, modernizar, qualificar e manter os espaços culturais por meio de divulgação de ações e parcerias institucionais;
- 2- Fortalecer os pontos de cultura do estado do Piauí, considerando a infraestrutura e a capacitação das equipes responsáveis.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 4</p> <p>Promover estilo de vida saudável, disseminando a prática esportiva e ampliando a quantidade de eventos esportivos no Estado.</p>	<p>4.1 Proporção da população atendida com obras de infraestrutura esportiva.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Criar programas sociais esportivos e de lazer que englobem um número diversificado de práticas esportivas e corporais;
- 2- Fortalecer a participação efetiva da sociedade na gestão e controle de políticas de apoio ao esporte amador e atividades de lazer;
- 3- Promover a revitalização e manutenção dos espaços esportivos e de lazer em todo o Estado, buscando parcerias públicas e privadas;
- 4- Qualificar os profissionais da educação física e desportistas envolvidos em programas sociais esportivos.

AVANÇA PIAUÍ – Programa 005



Contextualização

O Piauí possui o segundo menor PIB *per capita* do Brasil e apresenta, também, uma elevada concentração de riqueza, em regiões específicas como o Território Entre Rios, onde se encontra a capital Teresina e o Território Tabuleiros do Alto Parnaíba, região de expansão do agronegócio.

Outra característica do cenário econômico é a forte participação da administração pública na economia, representando 32% do Valor Agregado Bruto (VAB) do Estado e da riqueza gerada. Tal dependência do poder público pode gerar impactos significativos no consumo, na geração de empregos e na renda em circulação, principalmente em períodos de recessão e dificuldades econômicas, quando se percebe a diminuição das transferências e dos recursos estatais.

Na indústria, 54% da geração de riquezas do setor se concentram na construção civil, ramo também diretamente ligado aos ciclos econômicos de expansão e da participação do Piauí por meio da promoção de grandes obras públicas.

Apesar das dificuldades encontradas, o Estado apresenta uma elevação na representatividade do comércio externo na sua economia. Atualmente, as importações e as exportações representam cerca 1,2% do PIB piauiense mas a atração de investimentos e novos negócios tem ampliado, sistematicamente, a relação do Piauí com outros países. A China, por exemplo, responde sozinha por 70% do que é exportado pelo Estado, no entanto, países como Alemanha, Estados Unidos, entre outros se configuram como investidores, principalmente, vinculados ao setor de Energia Renovável.

O turismo destaca-se como um setor que tem ampliado a geração de empregos formais, apresentando um crescimento de 83% entre 2007 e 2017. O número de estabelecimentos de turismo mais do que dobrou na última década, com um crescimento de 147%, chegando a 3.019 estabelecimentos.

Essa realidade ensejou a criação de ações específicas, dentro do Programa Avança Piauí, com propostas voltadas para incentivar a diversificação da economia piauiense. O programa lança as bases para tornar o capital humano e os processos produtivos cada vez mais

eficientes. Contempla áreas como a indústria, o turismo, o comércio, a mineração e a produção de energia limpa. Considera, ainda, investimentos em ciência e tecnologia essenciais para garantir o desenvolvimento econômico do Estado, destacando-se como vetor para o desenvolvimento. Seguindo a tendência histórica da última década, o Piauí apresentou grande crescimento nos investimentos em ciência e tecnologia, sendo o quarto estado do nordeste com os maiores incrementos de recursos nesse período.

O Piauí, apesar de ter crescido ao longo das últimas duas décadas e expandido sua participação na geração de riqueza do Brasil, e de ter começado a explorar suas potencialidades, bem como ter elevado a renda e as condições de vida da sua população, ainda apresenta uma das menores rendas *per capita* do país e convive com grandes desigualdades socioeconômicas entre os seus municípios. Necessita, assim, de um processo sinérgico entre os órgãos estatais e o setor produtivo regional, nacional e internacional para que a renda domiciliar *per capita* se eleve e proporcione o aumento do acesso a bens e serviços à população do Estado, auxiliando o atingimento do IDHM de 0,74 até 2023.

Público-Alvo

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES CONSIDERADAS PRIORITÁRIAS NO PLANO DE GOVERNO. CONSUMIDORES EM GERAL

Unidades Gestoras

SUPERINTENDÊNCIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E CONCESSÕES, AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A – PIAUÍ FOMENTO, SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ – JUCEPI, FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ – FAPEPI, INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PIAUÍ – IMEPI, COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA – ZPE, COMPANHIA DE TERMINAIS ALFANDEGADOS DO PIAUÍ – PORTO-PI, SECRETARIA DO TURISMO, SECRETARIA ESTADUAL DE MINERAÇÃO, PETRÓLEO E ENERGIAS RENOVÁVEIS, COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO PIAUÍ – GASPISA

Objetivos e Diretrizes Setoriais

OBJETIVOS	INDICADORES
Objetivo 1 Ampliar o acesso ao crédito produtivo para promover o desenvolvimento da economia.	1.1 Volume de empréstimo por área.

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Diversificar o acesso ao crédito, através de parcerias com organizações da sociedade civil e entidades de classe em todos os Territórios de Desenvolvimento do Estado;
- 2- Identificar e apoiar projetos inovadores de alto impacto por meio de parcerias entre instituições de ensino superior, instituições de pesquisa e instituições do sistema S;
- 3- Potencializar o uso dos fundos públicos estaduais de desenvolvimento.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 2</p> <p>Atrair investimentos nos setores do agronegócio, mineração, indústria, comércio e serviços, com foco no desenvolvimento econômico do Estado.</p>	<p>2.1 Grau de Abertura (Importação + Exportação / PIB);</p> <p>2.2 Participação do Piauí nas exportações do Brasil;</p> <p>2.3 Participação do Piauí nas exportações do Nordeste.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Articular o atendimento das demandas de infraestrutura e logística necessária à atração de novos investimentos;
- 2- Estabelecer as parcerias público-privada como um instrumento indutor do desenvolvimento econômico no Estado;
- 3- Estimular a implantação e a ampliação das energias renováveis, exploração mineral e gás natural;
- 4- Estruturar os polos industriais piauienses, assegurando a melhoria da infraestrutura.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 3</p> <p>Fomentar a inovação na economia piauiense, com vistas ao aumento da produção, competitividade e geração de emprego e renda.</p>	<p>3.1 Participação do PIB do Estado do Piauí em relação ao PIB-NE;</p> <p>3.2 Participação do PIB-PI em relação ao PIB-BR;</p> <p>3.3 Taxa de informalidade.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Apoiar o desenvolvimento da cultura empreendedora do Estado, por meio do fomento a processos de incubação;
- 2- Atender às demandas do mercado de trabalho por meio da qualificação dos recursos humanos.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 4</p> <p>Promover o desenvolvimento científico, tecnológico e inovação do estado do Piauí.</p>	<p>4.1 Número de bolsas de pesquisa vinculadas a programas de fomento nacional e estadual concedida, por nível de formação;</p> <p>4.2 Número de empresas assistidas pelo fomento à pesquisa;</p> <p>4.3 Número de projetos de pesquisa vinculados a programas de fomento nacional e estadual aprovados;</p> <p>4.4 Número de Registro de Patentes.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Estimular a formação de recursos humanos através da concessão de bolsas;
- 2- Fomentar a divulgação do conhecimento científico, tecnológico e da inovação;
- 3- Fomentar e apoiar atividades de pesquisa que visem à promoção do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação em diversas áreas do conhecimento;
- 4- Promover o engajamento de estudantes do ensino médio, técnico e/ou profissionalizante no processo de investigação científica.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 5</p> <p>Promover o desenvolvimento do turismo de forma sustentável nos polos turísticos piauienses.</p>	<p>5.1 Percentual do turismo no PIB do Piauí;</p> <p>5.2 Participação dos empregos formais de turismo.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Elaborar e implementar um plano de marketing/promoção estadual voltado para os polos turísticos do Estado, através de uma cooperação entre setores públicos e privados;
- 2- Promover a ampliação e melhoria da infraestrutura básica para o desenvolvimento do turismo no Piauí;
- 3- Promover formação de mão de obra adequada ao setor turístico.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 6</p> <p>Promover um ambiente de negócios favorável para atração e manutenção de investidores.</p>	<p>6.1 Percentual de abertura de empresas em menos de 3 dias;</p> <p>6.2 Percentual de empresas fechadas;</p> <p>6.3 Tempo médio de tramitação de processo.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Definir e ordenar as estratégias de atração de investimentos no Estado.

 - 2- Fortalecer a integração entre a JUCEPI e demais órgãos licenciadores (esfera municipal, estadual e federal), segundo as diretrizes da REDESIM;

 - 3- Fortalecer o processo de simplificação referente aos procedimentos de formalização de empresas no Estado;

 - 4- Promover o controle de qualidade de produtos e serviços no Estado.
-

PIAUÍ PRODUTIVO – Programa 006



Contextualização

O Piauí possui a segunda menor taxa de urbanização do país, segundo dados do IBGE. Mais da metade dos municípios do Estado possuem menos de 50 mil habitantes e há um predomínio, nesses municípios, de atividades vinculadas à área rural. Esta característica implica na necessidade de se conceber ações de Estado voltadas para oportunizar os setores produtivos relacionados à produção agrícola e pecuária.

O programa Piauí Produtivo busca engendrar iniciativas que garantam as condições de dinamização econômica e social considerando a diversidade e as potencialidades produtivas nos Territórios de Desenvolvimento, perseguindo a otimização dos recursos disponíveis e a introdução de novas atividades agregadoras de renda.

No que se refere à agricultura familiar, o programa considera, além de objetivos voltados para a segurança alimentar, iniciativas para fortalecer empreendimentos econômicos que induzam o crescimento e estimulem a produção, por meio da difusão de novas tecnologias e processos de organização socioprodutiva, bem como a inserção dos produtos em mercados competitivos e nichos de mercado, como orgânicos e sustentáveis.

Para o agronegócio, também estão previstos investimentos que garantam o fortalecimento do setor, que atualmente desempenha um papel fundamental na expansão econômica do Estado, gerando trabalho e renda para a população. Com vistas à efetivação das iniciativas propostas, o Programa também considera ações que garantam a sanidade vegetal e animal no Estado, bem como assistência técnica e a extensão rural, fundamentais para o desenvolvimento das atividades produtivas no campo.

Público-Alvo

AGRICULTORES FAMILIARES E A SOCIEDADE EM GERAL

Unidades Gestoras

COORDENADORIA DE FOMENTO À IRRIGAÇÃO, SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR, INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ – INTERPI, INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTEN-

SÃO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ – EMATER, SECRETARIA DO AGRONEGÓCIO E EMPREENDEDORISMO RURAL, AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PIAUÍ – ADAPI

Objetivos e Diretrizes Setoriais

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 1</p> <p>Ampliar o acesso à terra, à água, ao crédito, à infraestrutura produtiva e social para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.</p>	<p>1.1 Número de imóveis rurais regularizados;</p> <p>1.2 Número de famílias com acesso à terra.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Ampliar a produção e a produtividade do setor agropecuário por meio do acesso às tecnologias de irrigação;
- 2- Ampliar o acesso ao crédito rural orientado para agricultores e agricultoras nos TDs;
- 3- Assegurar a regularização fundiária de terras estaduais para pequenos, médios e grandes produtores;
- 4- Garantir o acesso à água de qualidade para consumo humano e produção;
- 5- Implantar infraestrutura básica para o desenvolvimento do campo;
- 6- Priorizar a regularização fundiária para as comunidades tradicionais, quilombolas e agricultores familiares.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 2</p> <p>Aumentar a produção, a produtividade e a diversidade de produtos da agropecuária e do extrativismo, visando à sustentabilidade, à promoção da igualdade de gênero, à segurança alimentar e ao aumento da renda no campo.</p>	<p>2.1 Número de projetos financiados / implantados.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Ampliar as oportunidades de trabalho e geração de renda, mediante o incentivo ao empreendedorismo e à economia solidária;
- 2- Ampliar o acesso ao crédito agrícola e projetos produtivos para agricultores/as familiares, especialmente mulheres, jovens e comunidades tradicionais;
- 3- Desenvolver políticas que possibilitem a elevação da competitividade do agronegócio;
- 4- Difundir estratégias e iniciativas de desenvolvimento sustentável do agronegócio;
- 5- Fortalecer a estrutura produtiva da agricultura familiar, agregando valores com o uso de tecnologias apropriadas, com ênfase nos APLs e na abordagem territorial.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 3</p> <p>Elevar a participação dos agricultores e agricultoras familiares em feiras e eventos.</p>	3.1 Número de feiras e eventos realizados.

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Ampliar os canais de comercialização para a produção da agricultura familiar;
- 2- Assegurar as compras governamentais de produtos da agricultura familiar por parte do Estado;
- 3- Fortalecer a participação dos agricultores e agricultoras familiares em feiras e eventos.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 4</p> <p>Garantir a sanidade e defesa animal e vegetal no Estado.</p>	<p>4.1 Número de estabelecimentos certificados;</p> <p>4.2 Número de propriedades e estabelecimentos fiscalizados;</p> <p>4.3 Percentual de animais (bovídeos) vacinados.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Alcançar o status de zona livre de febre aftosa sem vacinação;
- 2- Controlar a comercialização e o uso de agrotóxicos no Estado;
- 3- Fortalecer e intensificar a educação sanitária dos agropecuaristas e da sociedade;
- 4- Intensificar a fiscalização em veículos que transitam pelo Estado com animais e vegetais e/ou produtos de origem animal e vegetal.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 5</p> <p>Promover ações permanentes e qualificadas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para elevação da renda e melhoria da qualidade de vida dos agricultores e agricultoras familiares.</p>	<p>5.1 Número de agricultores assistidos;</p> <p>5.2 Número de técnicos e agricultores familiares capacitados;</p> <p>5.3 Número de unidades produtivas e/ou famílias assistidas por programa e projeto.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Adequar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, por meio da inovação, estruturação e modernização da instituição oficial de ATER;
- 2- Elaborar e implementar a Política Estadual de ATER;
- 3- Implementar uma assistência técnica de base territorial, com foco nos APLs priorizados;
- 4- Promover a qualificação dos profissionais do setor agrário e dos agricultores familiares.

PIAUÍ INCLUSIVO – Programa 007



Contextualização

São inúmeros os desafios que o estado do Piauí precisa enfrentar para diminuir a desigualdade social e promover a inclusão. Melhorias na qualidade de vida dos segmentos populacionais que constituem o público-alvo desse programa são fundamentais para atingimento das metas estabelecidas neste PPA.

Nesse sentido, o Programa Piauí Inclusivo prevê iniciativas para elevar a renda *per capita* de famílias em situação de vulnerabilidade social, ações que promovam a igualdade de gênero e respeitem as diferenças étnicas, religiosas e sociais.

Os objetivos formulados focalizam abertura de novos mercados de trabalho, com foco prioritário na inclusão econômica de mulheres e jovens, em ações que visam reverter a atual situação de elevado índice de assassinatos de jovens entre 15 e 29 anos, negros, mulheres e LGBT.

Além da promoção dos direitos humanos, o programa apresenta estratégias para reduzir as diversas formas de violências praticadas contra as populações vulneráveis: LGBT, pessoa idosa, criança e adolescente, jovens, população negra e violência contra a mulher.

Público-Alvo

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Unidades Gestoras

COORDENADORIA DA JUVENTUDE, COORDENADORIA DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS, COORDENADORIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, SECRETARIA DA ASSIS-

TÊNICA SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS, COORDENADORIA DO PROGRAMA MAIS VIDA COM CIDADANIA PARA O IDOSO, SECRETARIA ESTADUAL PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

Objetivos e Diretrizes Setoriais

OBJETIVOS	INDICADORES
Objetivo 1 Aprimorar a organização e gestão descentralizada do SUAS.	1.1 Cofinanciamento do Estado aos CRAS e CREAS.

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Ampliar e aprimorar as ações de capacitação e de informação com base nos princípios e diretrizes da política de educação permanente do SUAS;
- 2- Fortalecer áreas estratégicas da gestão do SUAS: gestão do trabalho, vigilância socioassistencial e regulação do SUAS;
- 3- Fortalecer as instâncias de controle social do SUAS, aperfeiçoando a relação do SUAS com o sistema de justiça e Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

OBJETIVOS	INDICADORES
Objetivo 2 Promover a igualdade de gênero no mercado de trabalho e a autonomia das mulheres e suas pluralidades.	2.1 Pessoas desocupadas por sexo; 2.2 Rendimento médio mensal por sexo.

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Desenvolver o empoderamento das mulheres nas diversas áreas de atuação no mercado de trabalho;
- 2- Garantir a inclusão das famílias vulneráveis no cadastro único e no Programa Bolsa Família e BPC;
- 3- Promover ações para eliminação das desigualdades da divisão sexual e racial do trabalho através de programa de equidade de gênero e raça.

OBJETIVOS	INDICADORES
Objetivo 3 Promover direitos humanos e inclusão social da população em situação de vulnerabilidade, assegurando proteção social básica e especial considerando as perspectivas das populações vulneráveis: LGBT, pessoa idosa, pessoa com deficiência, criança e adolescente, jovens, população negra, população de rua, população carcerária, povos e comunidades tradicionais, mulheres e migrante.	3.1 Taxa de homicídio em grupos vulneráveis.

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo ações que priorizam o desenvolvimento integral e a participação ativa nos espaços decisórios e no mundo do trabalho;
 - 2- Descentralizar o atendimento socioeducativo de alta complexidade nos territórios do Estado;
 - 3- Fortalecer e estruturar a rede de proteção especial garantindo proteção especial aos indivíduos em situação de risco social e pessoal por violação de direitos (população em situação de rua, trabalho infantil, exploração sexual e trabalho escravo);
 - 4- Fortalecer o controle social por meio do estímulo da implantação e qualificação dos conselhos e outros mecanismos de direitos: idoso, mulheres, pessoa com deficiência, juventude, LGBT, pessoas negra;
 - 5- Potencializar e promover a defesa e a garantia dos direitos das pessoas idosas e pessoas com deficiências;
 - 6- Promover a acessibilidade da pessoa com deficiência às políticas públicas: saúde, educação, assistência social, trabalho/emprego e renda, transporte e mobilidade urbana, habitação, dentre outras.
-

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 4</p> <p>Reduzir as diversas formas de violências e outras violações de direitos humanos praticadas contra as populações vulneráveis: LGBT, pessoa idosa, pessoa com deficiência, criança e adolescente, jovens, população negra, população de rua, comunidades tradicionais, mulheres (com foco no feminicídio) e migrantes.</p>	<p>4.1- Denúncias de violências contra grupos de vulnerabilidade;</p> <p>4.2- Denúncias de violências e crimes contra as mulheres.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Ampliar e reestruturar serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência;
 - 2- Garantir o atendimento especializado como enfrentamento às diversas formas de violência contra a população LGBT, pessoas idosa, criança e adolescente, população negra, jovens e mulheres;
 - 3- Promover ações de enfrentamento às diversas formas de violência praticadas contra as populações vulneráveis com foco na violência, racismo, intolerância religiosa, LGBTfobia e contra a mulher, com ênfase no feminicídio.
 - 4- Promover iniciativas de direitos humanos viabilizando programas de prevenção, promoção e defesa da cidadania (LGBT, pessoa idosa, pessoa com deficiência, criança e adolescente, população negra, jovens e mulheres).
-

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 5</p> <p>Reduzir a proporção de famílias em situação de vulnerabilidade social.</p>	<p>5.1 Cobertura do Bolsa Família;</p> <p>5.2 Extrema pobreza (rendimento inferior a U\$D1,90 por dia);</p> <p>5.3 Pobreza (rendimento de até U\$D5,50 por dia).</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

1- Promover iniciativas voltada para a qualificação, o incremento da renda e inserção no mercado de trabalho de grupos vulneráveis na perspectiva étnico-racial (mulheres, jovens, adultos, LGBT, pessoas com deficiência e pessoas em processo de ressocialização);

2- Promover segurança alimentar às famílias em situação de pobreza extrema.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 6</p> <p>Reduzir as consequências sociais decorrentes do uso prejudicial de drogas lícitas e ilícitas para as pessoas e famílias e comunidades.</p>	<p>6.1 Egressos das comunidades terapêuticas apoiados pelo Estado.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

1- Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial, com ênfase no enfrentamento à dependência de álcool, crack e outras drogas ampliando a capacidade de atendimento mediante parcerias de organizações privadas sem fins lucrativas com órgãos estaduais, para realização dos projetos, capacitação, prevenção e tratamento de enfrentamento às drogas (SESAPI);

2- Promover a ressocialização da pessoa com dependência química por meio do acesso à educação, geração de renda, empreendedorismo e demais políticas públicas que priorizem desenvolvimento intelectual e social.

PIAUÍ INTEGRADO E SUSTENTÁVEL – Programa 008



Contextualização

O Piauí apresenta problemas para promover o atendimento satisfatório às infraestruturas sociais como abastecimento d'água, esgotamento sanitário, destinação adequada de resíduos e segurança hídrica nas regiões de maior escassez. Tais serviços são essenciais para a elevação de indicadores de expectativa de vida do cidadão piauiense e se refletem na melhoria da qualidade de vida.

Os municípios piauienses, em sua maioria, possuem baixa capacidade de atendimento de demandas de infraestrutura como mobilidade urbana, habitação, energia, acesso à água e outros. A superação desses desafios precisa do apoio do Estado como articulador de incentivos e, em muitos casos, executor de ações estratégicas. O Estado tem como foco a atuação e apoio ao desenvolvimento dos municípios na área social e na viabilização de infraestrutura para o desenvolvimento econômico dos territórios.

O Estado necessita de investimentos logísticos que viabilizem a integração entre municípios do Piauí ao Nordeste e outras regiões do Brasil, permitindo maior eficiência na atração de investimentos que contribuam, efetivamente, para o crescimento econômico e à redução das desigualdades regionais, oportunizando a geração de trabalho e renda para a população.

Nesse sentido, o governo do Estado, através do Programa Piauí Integrado e Sustentável, objetiva promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e equitativo, criando melhores oportunidades para todos, reduzindo as desigualdades, elevando padrões básicos de vida, estimulando a inclusão e o desenvolvimento social justo, e promovendo o gerenciamento integrado e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas.

Público-Alvo

CONTRIBUINTEs, SERVIDOREs E SOCIEDADE PIAUIENSE

Unidades Gestoras

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A – AGESPISA, INSTI-

TUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ – IDEPI, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, SECRETARIA DAS CIDADES, AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO PIAUÍ – ADH, INSTITUTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ, SECRETARIA DOS TRANSPORTES, DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ – DER/PI, COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES PÚBLICOS – CMTP

Objetivos e Diretrizes Setoriais

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 1</p> <p>Ampliar a proteção de áreas com características naturais relevantes e regularizar as Unidades de Conservação Estadual.</p>	<p>1.1 Percentual de áreas do território piauiense inseridas em UCs estaduais;</p> <p>1.2 Percentual de UCs estaduais regularizadas.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Garantir o cumprimento de todos os mecanismos legais para criação e gestão das UCs existentes e a serem criadas;
- 2- Identificar áreas de potencial interesse ecológico.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 2</p> <p>Ampliar as ações de mobilidade urbana no Estado.</p>	<p>2.1 Quilômetros de rodoanéis implantados;</p> <p>2.2 Quilômetros de ruas pavimentadas.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Fomentar a implantação de infraestruturas adequadas de mobilidade urbana;
- 2- Otimizar o sistema metroviário de Teresina.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 3</p> <p>Ampliar o acesso ao saneamento básico no estado, em consonância com as normas nacionais e da Organização Mundial de Saúde (OMS).</p>	<p>3.1 Módulos sanitários domiciliares;</p> <p>3.2 Sistema de abastecimento de água – RURAL;</p> <p>3.3 Sistema de abastecimento de água – URBANO;</p> <p>3.4 Sistema de esgotamento sanitário – RURAL;</p> <p>3.5 Sistema de esgotamento sanitário – URBANO.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Ampliar e implementar módulos sanitários nas zonas urbanas e rurais do Estado;
- 2- Ampliar e melhorar a infraestrutura e a qualidade dos serviços de abastecimento d'água dos municípios do Estado;
- 3- Dotar o Estado e os municípios de Planos de Saneamento Básico;

DIRETRIZES SETORIAIS

4- Implantar, ampliar e otimizar os sistemas de esgotamento sanitário dos municípios do Estado;

5- Implementar ações de macrodrenagens nas áreas urbanas prioritárias.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 4</p> <p>Desenvolver ações visando proteger, conservar e recuperar a flora, a fauna e os recursos edáficos.</p>	<p>4.1 Percentual de CAR analisados;</p> <p>4.2 Percentual de passivos ambientais registrados no SICAR;</p> <p>4.3 Cobertura florestal (ha) no Estado;</p> <p>4.4 Quantidade de área (ha) de áreas degradadas;</p> <p>4.5 Taxa de desmatamento da cobertura florestal.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

1- Fortalecer os instrumentos de promoção do ordenamento territorial com vistas à regularização ambiental;

2- Fortalecer planos/processos para a prevenção e mitigação a eventos climáticos extremos;

3- Implementar planos/processos para a recuperação de áreas degradadas;

4- Implementar serviços de proteção da fauna.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 5</p> <p>Fortalecer a gestão hídrica do Estado, em consonância com a Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos.</p>	<p>5.1 Percentual de bacias hidrográficas do Piauí com Plano de Bacia Hidrográfica;</p> <p>5.2 Percentual de municípios do Estado com estratégias locais de redução de risco de desastres naturais;</p> <p>5.3 Variação percentual do número de usuários de água cadastrados.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

1- Ampliar e modernizar a rede hidrometeorológica do Estado;

2- Garantir o processo de fiscalização da implementação de políticas relacionadas à segurança de barragem;

3- Implementar e aperfeiçoar os instrumentos da política estadual de recursos hídricos;

4- Promover a manutenção e ampliação da Gestão Participativa dos Recursos Hídricos;

5- Promover o uso múltiplo e de qualidade dos recursos hídricos.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 6</p> <p>Fortalecer a Política Estadual de Educação Ambiental, objetivando a conscientização da sociedade para o uso adequado da água, o manejo apropriado dos resíduos e a conservação do meio ambiente.</p>	<p>6.1 Variação do consumo de água pelos órgãos da administração pública estadual;</p> <p>6.2 Variação do consumo de material de expediente – descartáveis;</p> <p>6.3 Variação do consumo de material de expediente – papel para impressão.</p>
DIRETRIZES SETORIAIS	
<p>1- Implementar ações de educação ambiental no âmbito da administração pública estadual;</p> <p>2- Potencializar, fortalecer e descentralizar atividades voltadas à educação ambiental no Estado.</p>	

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 7</p> <p>Garantir o uso sustentável do meio ambiente, em consonância com a Política Nacional e Estadual de Meio Ambiente.</p>	<p>7.1 Percentual de pareceres conclusivos de licenciamento ambiental emitidos.</p>
DIRETRIZES SETORIAIS	
<p>1- Garantir a estruturação da gestão ambiental regionalizada;</p> <p>2- Garantir a melhoria contínua das condições operacionais das atividades de fiscalização ambiental;</p> <p>3- Garantir a melhoria contínua das condições operacionais das atividades de licenciamento ambiental.</p>	

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 8</p> <p>Implantar, ampliar, restaurar e conservar os modais rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e aeroviário do Estado.</p>	<p>8.1 Qualidade das rodovias pavimentadas – BOM;</p> <p>8.2 Qualidade das rodovias pavimentadas – ÓTIMA;</p> <p>8.3 Qualidade das rodovias pavimentadas – PÉSSIMA;</p> <p>8.4 Qualidade das rodovias pavimentadas – REGULAR.</p>
DIRETRIZES SETORIAIS	
<p>1- Dotar o Estado de malha ferroviária necessária para o desenvolvimento econômico e social;</p> <p>2- Dotar o Estado de malha rodoviária necessária para o desenvolvimento econômico e social;</p> <p>3- Estruturar e ampliar o modal aeroviário do Estado;</p> <p>4- Fomentar o desenvolvimento portuário e hidroviário do Estado;</p> <p>5- Gerenciar a malha rodoviária existente.</p>	

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 9</p> <p>Potencializar o uso sustentável dos recursos hídricos do Estado.</p>	<p>9.1 Capacidade de armazenamento de água superficial;</p> <p>9.2 Volume de água armazenada;</p> <p>9.3 Volume de água distribuída.</p>
DIRETRIZES SETORIAIS	
<p>1- Ampliar e melhorar sistemas de armazenamento e distribuição de água;</p> <p>2- Garantir a implementação de políticas relacionadas à segurança de barragem.</p>	

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 10</p> <p>Prevenir e combater focos de incêndios florestais, visando a proteção da cobertura vegetal.</p>	<p>10.1 Percentual de municípios do Estado com estratégias locais de redução de risco de desastres naturais;</p> <p>10.2 Variação do número de focos ativos de incêndio por 10.000 ha.</p>
DIRETRIZES SETORIAIS	
<p>1- Estruturar um sistema estadual de identificação em tempo real de focos de calor;</p> <p>2- Fomentar a criação da rede de brigadas municipais.</p>	

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 11</p> <p>Reduzir o déficit habitacional do Estado para população de até 5 salários mínimos, garantindo a infraestrutura adequada e a regularização fundiária de unidades habitacionais.</p>	<p>11.1 Déficit habitacional do Estado;</p> <p>11.2 Moradias regularizadas.</p>
DIRETRIZES SETORIAIS	
<p>1- Desenvolver projetos de construção de unidades habitacionais e urbanização de assentamentos precários;</p> <p>2- Promover a regularização e averbação fundiária de unidades habitacionais;</p> <p>3- Promover melhorias de unidades habitacionais de interesse social.</p>	

ATIVO VERDE – Programa 009



Contextualização

O Programa Ativo Verde tem como objetivo viabilizar no Estado a adoção da circulação de riquezas, com base em certificados de bens intangíveis gerados a partir da conservação, preservação ou recuperação dos ativos de patrimônio ambiental. Com o intuito de garantir a conservação das formações naturais e possibilitar o incremento na arrecadação e viabilização de investimentos, os ativos verdes são uma forma de estimular a expansão da base econômica do Estado em consonância com a dinâmica da economia verde, a baixa emissão de carbono, a eficiência no uso dos recursos, a valoração de serviços ecossistêmicos e a busca pela inclusão social.

Público-Alvo

SOCIEDADE PIAUIENSE

Unidades Gestoras

SECRETARIA DA FAZENDA

Objetivos e Diretrizes Setoriais

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 1</p> <p>Estimular a expansão da base econômica do Estado em consonância com a dinâmica da economia verde, a baixa emissão de carbono, a eficiência no uso dos recursos e a busca pela inclusão social.</p>	<p>1.1 Títulos de floresta emitidos.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Criar a Plataforma Web ATIVO VERDE;
- 2- Realizar inventário florestal em Unidades de Conservação no Estado.

GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARENTE – Programa 010



Contextualização

O Piauí tem se destacado no cenário nacional pelas ações relacionadas a melhor qualidade de vida, reflexo direto de políticas de desenvolvimento sustentável, como implementação de fontes renováveis de energia, incentivo às atividades econômicas que integram a produção, a preservação ambiental e a responsabilidade social.

Esse quadro somente é possível através da eficiência e transparência do poder público estadual. As instituições e órgãos mais próximos à gestão do Poder Executivo têm a missão de viabilizar investimentos, criando ambientes favoráveis ao pleno desenvolvimento sustentável, promovendo parcerias institucionais com Prefeituras, Estados, União ou iniciativas civis, quando necessárias, além da própria modernização da gestão de recursos, insumos e pessoas.

Um ambiente de gestão responsável e comprometido necessita manter canais de participação popular em espaços de decisões e consultas, como a preservação e o aprimoramento dos conselhos territoriais de desenvolvimento, que fazem a conexão entre as demandas territorializadas e o investimento governamental necessário.

Esses direcionamentos são realizados tendo como base uma gestão voltada para o compromisso com o investimento público, com o controle social e prezando pelo equilíbrio das finanças do Estado. Essa nova concepção de gestão voltada para interesses da sociedade, possibilitará ao Estado do Piauí atuar com ênfase na prestação de serviços com qualidade e efetividade, visando à sistêmica melhoria da infraestrutura administrativa para que sejam efetivados os direitos do cidadão, contribuindo, assim, para o aumento do IDH do Piauí.

Público-Alvo

SOCIEDADE PIAUIENSE

Unidades Gestoras

VICE-GOVERNADORIA, GABINETE MILITAR, SECRETARIA DE GOVERNO, SUPERINTENDÊNCIA

DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO EM BRASÍLIA, AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO PIAUÍ, SECRETARIA DA FAZENDA, SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ, EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A, FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA, COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

Objetivos e Diretrizes Setoriais

OBJETIVOS	INDICADORES
Objetivo 1 Garantir o equilíbrio fiscal do Estado.	1.1 Nota CAPAG.

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Aprimorar os processos de execução e controle das despesas;
- 2- Promover a regularização fundiária e a alienação de bens imóveis do Estado, não essenciais à ação governamental;
- 3- Reduzir a evasão fiscal e aumentar a receita própria.

OBJETIVOS	INDICADORES
Objetivo 2 Ofertar serviços públicos de qualidade para a sociedade, garantindo a eficiência, eficácia, efetividade e transparência na ação governamental.	2.1 Escala Brasil Transparente.

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Administrar e modernizar a infraestrutura dos órgãos estaduais;
- 2- Aperfeiçoar o fluxo de processos administrativos com foco na eficácia, eficiência e efetividade;
- 3- Aprimorar a gestão de pessoas através da formação, valorização e avaliação de desempenho;
- 4- Aprimorar e integrar metodologias de planejamento, orçamento, monitoramento e avaliação governamental;
- 5- Fortalecer as relações institucionais entre os Poderes em âmbito estadual, federal e organismos internacionais;
- 6- Garantir a inclusão da pessoa com deficiência no âmbito da administração pública;
- 7- Otimizar o atendimento ao público (interno e externo) com foco nas necessidades do cidadão;
- 8- Promover a regularização fundiária e a alienação de bens imóveis do Estado, não essenciais à ação governamental;
- 9- Promover ações que proporcionem melhorias na qualidade de vida dos servidores públicos;
- 10- Promover o controle social através da articulação entre os órgãos públicos, entidades e a sociedade civil.

PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR – Programa 011



Contextualização

Garantir aos servidores e seus dependentes benefícios previdenciários, através do direito adquirido ao longo do exercício da prestação de serviços públicos.

Público-Alvo

SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Unidades Gestoras

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

Objetivos e Diretrizes Setoriais

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 1</p> <p>Inovar e captar novos ativos financeiros para a previdência estadual a fim de reduzir o déficit financeiro e atuarial, cumprindo com as obrigações dos pagamentos dos benefícios previdenciários.</p>	

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Fomentar políticas e ações de sustentabilidade do RPPS com foco em supervisão, controle e gestão de riscos;
- 2- Incentivar a adesão do servidor público ao regime de previdência complementar com opção pelo plano de benefícios da previdência complementar do estado do Piauí;
- 3- Promover a captação de novos recursos financeiros;
- 4- Promover o censo previdenciário dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dos demais poderes, para o melhor planejamento do sistema previdenciário.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ RESOLUTIVO – Programa 013

Contextualização

O Ministério Público do Estado do Piauí elegeu como principais eixos o fortalecimento das procuradorias e promotorias de justiça e a priorização do exercício da atividade-fim, com o objetivo de atender e responder aos anseios da sociedade piauiense.

Para realizar um atendimento mais eficiente e eficaz à sociedade, o Ministério busca o aperfeiçoamento da infraestrutura física, tecnológica e humana com o objetivo da busca pela excelência na gestão. O Programa Ministério Público Resolutivo terá foco no investimento em pessoas, por intermédio da gestão por competência e outros; ações voltadas à qualidade de vida no trabalho, como estratégia para garantir a saúde dos integrantes e colaboradores; métodos autocompositivos, visando diminuir a judicialização, além da continuidade, em matéria de infraestrutura física e tecnológica. Tudo voltado ao cumprimento da missão.

Público-Alvo

SOCIEDADE EM GERAL, MEMBROS E SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Unidades Gestoras

MINISTÉRIO PÚBLICO

Objetivos e Diretrizes Setoriais

OBJETIVOS	INDICADORES
Objetivo 1 Aprimorar a gestão de pessoas para a melhoria dos serviços ofertados à sociedade.	1.1 Índice de investimento em capacitação e treinamento; 1.2 Número de membros e servidores capacitados (MP); 1.3 Número de projetos de valorização promovidos.
DIRETRIZES SETORIAIS	
1- Adequar o efetivo de servidores e demais colaboradores; 2- Aperfeiçoar a gestão da saúde, qualidade de vida, humanização e cidadania no trabalho através de programas específicos; 3- Aprimorar a gestão da folha de pagamento; 4- Aprimorar a gestão do conhecimento por meio de capacitação, produção científica entre outras; 5- Desenvolver mecanismos de incentivo ao aumento da produtividade e resolutividade dos membros e servidores; 6- Implantar a gestão por competência através da criação de um plano, programas, projetos e/ou ações.	

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 2</p> <p>Aprimorar e incorporar boas práticas de governança para melhorar a efetividade das atividades.</p>	<p>2.1 Índice de transparência por poder;</p> <p>2.2 Número de audiências públicas por poder;</p> <p>2.3 Número de reuniões estratégicas.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Adotar práticas de logística sustentável;
- 2- Aprimorar a qualidade e a produtividade dos serviços prestados por meio do planejamento, monitoramento e avaliação das ações;
- 3- Fomentar o controle social e a *accountability* por meio da capacitação e melhoria dos instrumentos de transparência;
- 4- Fortalecer a "imagem" da instituição perante à sociedade por meio de campanhas publicitárias, otimização do uso das mídias sociais, entre outros.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 3</p> <p>Desenvolver ações de autocomposição para agilizar resolução dos conflitos.</p>	<p>3.1 Número de processos solucionados nos centros de solução de conflitos.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Agilizar a resolução de conflitos através do fortalecimento dos núcleos de autocomposição;
- 2- Assegurar a capacitação de servidores diretamente envolvidos nos processos de autocomposição;
- 3- Fomentar a criação e a implantação de núcleos;
- 4- Promover a divulgação dos serviços de autocomposição para a população.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 4</p> <p>Fortalecer as ações institucionais e interinstitucionais nas diversas áreas temáticas (infância e juventude, cidadania, saúde, educação, meio ambiente, segurança, social, entre outros) com foco no atendimento das necessidades do cidadão.</p>	<p>4.1 Número de projetos executados;</p> <p>4.2 Número de termos de cooperação.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Articular ações interinstitucionais por meio de parcerias com outros órgãos/instituições;
- 2- Promover ações institucionais para atuação integrada nas diversas temáticas por meio de planos, programas, projetos e/ou ações;
- 3- Promover ações interinstitucionais integradas nas diversas áreas temáticas por meio de planos, programas, projetos e/ações.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 5</p> <p>Modernizar e expandir a infraestrutura física e tecnológica com vistas à otimização da gestão.</p>	<p>5.1 Percentual médio de alcance das metas institucionais;</p> <p>5.2 Volume de investimento em estrutura de tecnologia da informação.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Adequar a infraestrutura física, incluindo as legislações pertinentes (acessibilidade, incêndio, outros);
- 2- Aprimorar a gestão patrimonial por meio da aquisição, desenvolvimento e/ou melhoria dos sistemas de controle;
- 3- Fomentar o uso de inovações tecnológicas por meio de investimentos em T. I.;
- 4- Implantar a gestão de custos, incluindo a aquisição, desenvolvimento e/ou melhoria dos sistemas de controle;
- 5- Instituir política de gestão de riscos, incluindo a aquisição, desenvolvimento e/ou melhoria dos sistemas de controle.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 6</p> <p>Otimizar o atendimento ao público (interno e externo), com foco nas necessidades do cidadão.</p>	<p>6.1 Números de atendimentos/ano.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Aperfeiçoar as formas de acesso do cidadão aos órgãos por meio de ações educativas e orientadoras;
- 2- Fortalecer a comunicação interna por meio de estratégias de interlocução e integração da atuação dos diversos setores;
- 3- Fortalecer a ouvidoria e a comunicação social.

GOVERNANÇA E APRIMORAMENTO DAS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

– Programa 014

Contextualização

O Poder Legislativo, segundo o Art. 59 da Constituição Estadual, é exercido pela Assembleia Legislativa, constituída de deputados eleitos na forma da lei.

Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador, e ressalvada os casos de sua competência exclusiva, legislar sobre emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias e resoluções. Compete-lhe, ainda, autorizar ao Poder Executivo efetuar e contrair empréstimos, fixar normas gerais sobre alienação, permuta, cessão, arrendamento ou aquisição de bens públicos, além de julgar anualmente as contas do Governador, apreciar o Plano de Governo e fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive da administração indireta.

O Legislativo piauiense prima pela excelência na gestão, maximizando resultados, garantindo suporte material e técnico ao adequado desenvolvimento das atividades legislativas e de fiscalização em cumprimento à sua missão constitucional, visando atender à sociedade piauiense em toda a sua plenitude.

Público-Alvo

SOCIEDADE PIAUIENSE

Unidades Gestoras

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Objetivos e Diretrizes Setoriais

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 1</p> <p>Aprimorar a gestão de pessoas para a melhoria dos serviços ofertados à sociedade.</p>	<p>1.1 Número de cursos ofertados;</p> <p>1.2 Número de servidores capacitados.</p>
DIRETRIZES SETORIAIS	
<p>1- Adequar o efetivo de servidores e demais colaboradores;</p> <p>2- Aprimorar a gestão da folha de pagamentos;</p> <p>3- Aprimorar a gestão do conhecimento por meio de capacitação, produção científica entre outras.</p>	

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 2</p> <p>Aprimorar e incorporar boas práticas de governança para melhorar a efetividade das atividades.</p>	<p>2.1 Índice de transparência por Poder;</p> <p>2.2 Quantidades de audiências públicas por Poder.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

1- Fomentar o controle social e a *accountability*, por meio da capacitação e melhoria dos instrumentos de transparência;

2- Fortalecer a “imagem” da instituição perante a sociedade por meio de campanhas publicitárias, otimização do uso das mídias sociais, entre outros.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 3</p> <p>Modernizar e expandir a infraestrutura física e tecnológica com vistas à otimização da gestão.</p>	<p>3.1 Percentual médio de alcance das metas institucionais;</p> <p>3.2 Tempo médio de tramitação de processo;</p> <p>3.3 Volume de investimento em estrutura de tecnologia da informação.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

1- Adequar a infraestrutura física, incluindo as legislações pertinentes (acessibilidade, incêndio, outros);

2- Aprimorar a gestão patrimonial por meio da aquisição, desenvolvimento e/ou melhoria dos sistemas de controle;

3- Fomentar o uso de inovações tecnológicas por meio de investimentos em T. I.

JUSTIÇA E CIDADANIA – Programa 015



Contextualização

O Poder Judiciário tem evoluído consideravelmente nos últimos anos, e esse fato deve-se a busca pela oferta de serviços jurisdicionais transparentes, céleres e efetivos.

O Judiciário piauiense prima pela excelência na gestão, com o compromisso de direcionar as ações para as necessidades da sociedade, bem como desenvolver uma cultura institucional voltada à satisfação dos públicos interno e externo, de forma a manter-se diáfano, informando aos usuários, magistrados e servidores suas ações administrativas e judicantes.

Dentre os objetivos a serem implementados está o aperfeiçoamento da gestão de pessoas orientadas por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do Poder Judiciário na oferta de serviços públicos de excelência à população, pelo primeiro e segundo grau de jurisdição.

Com o objetivo de melhorar a capacidade institucional dos órgãos e entidades do poder judiciário, especialmente daqueles considerados estratégicos para a viabilização dos resultados prioritários definidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e dando continuidade à política de gestão de pessoas e recomposição da força de trabalho que busca adequar a quantidade e a qualificação dos servidores públicos às prioridades e áreas estratégicas da justiça de primeira e segunda instância, foram autorizados concursos para o provimento de novos juízes e servidores efetivos.

Público-Alvo

SOCIEDADE PIAUIENSE

Unidades Gestoras

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Objetivos e Diretrizes Setoriais

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 1</p> <p>Aperfeiçoar a gestão de pessoas visando melhorar a prestação de serviços à sociedade, ampliando e incentivando a prática da conciliação e da mediação como instrumentos relevantes de pacificação social na resolução de conflitos, bem como fortalecer a rede de proteção e enfrentamento à violência familiar e doméstica contra mulheres.</p>	<p>1.1 Índice de atendimento à demanda de violência doméstica contra as mulheres;</p> <p>1.2 Índice de capacitação;</p> <p>1.3 Índice de conciliação.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

1- Promover as ações previstas no Plano de Gestão de Pessoas por meio da implementação da Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário, valorizando e capacitando servidores e magistrados, ampliando a utilização da mediação por meio do reforço do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, bem como Implantar a Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 2</p> <p>Garantir a infraestrutura apropriada às atividades judiciais, extrajudiciais e administrativas contribuindo para a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.</p>	<p>1.1 Índice de processos eletrônicos.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

1- Aplicar nos métodos de trabalho ferramentas de inteligência artificial; promover serviços e soluções tecnológicas por meio da consolidação das estratégias de TI previstas no PETIC;

2- Executar o plano de obras do TJPI mediante melhorias e expansão na infraestrutura imobiliária.

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 3</p> <p>Garantir o apoio às atividades judiciais, extrajudiciais e administrativas com observância dos critérios de economia e sustentabilidade, contribuindo para o melhor funcionamento da justiça em benefício da sociedade.</p>	<p>3.1 Consumo de copos descartáveis <i>per capita</i>.</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

1- Intensificar a fiscalização das serventias extrajudiciais com a modernização de sistemas de acompanhamento e monitoramento;

2- Promover o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, bem como reduzir o impacto das atividades do órgão no meio ambiente, racionalizando métodos de trabalho e agregando práticas sustentáveis.

OBJETIVOS	INDICADORES
Objetivo 4 Tornar o sistema judiciário mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia ao acesso à justiça.	4.1 Índice de atendimento à demanda (TJ); 4.2 Taxa de congestionamento total.

DIRETRIZES SETORIAIS

1- Aumentar a produtividade por meio da virtualização dos processos judiciais e com o uso de ferramentas tecnológicas.

GESTÃO EFICIENTE ORIENTADA PARA GARANTIA DOS DIREITOS DOS HIPOSSUFICIENTES – Programa 016



Contextualização

O Poder Judiciário estadual tem por missão assegurar a aplicação de leis que garantam a inviolabilidade dos direitos individuais, firmado pelas suas bases sólidas de autonomia e independência, com o compromisso de melhorar a prestação jurisdicional constitucionalmente atribuída ao órgão, garantindo a todo cidadão o acesso à justiça e ao julgamento do direito. Desse modo, nos termos da Lei complementar n. 80/94, a Defensoria Pública é a expressão do regime democrático e tem por objetivos a primazia da dignidade humana, a afirmação do estado democrático de Direito e a prevalência e efetividade dos direitos humanos. Portanto, uma gestão eficiente não se relaciona apenas à representação em juízo, mas de assistência integral aos necessitados.

Público-Alvo

SOCIEDADE PIAUIENSE

Unidades Gestoras

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Objetivos e Diretrizes Setoriais

OBJETIVOS	INDICADORES
<p>Objetivo 1</p> <p>Aprimorar a gestão de pessoas para a melhoria dos serviços ofertados à sociedade.</p>	<p>1.1 Número de servidores capacitados (DP).</p>

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Adequar o efetivo de servidores e demais colaboradores;
 - 2- Aperfeiçoar a gestão da saúde, qualidade de vida, humanização e cidadania no trabalho através de programas específicos;
 - 3- Aprimorar a gestão da folha de pagamento;
 - 4- Aprimorar a gestão do conhecimento por meio de capacitação, produção científica entre outras;
 - 5- Desenvolver mecanismos de incentivo ao aumento da produtividade e resolutividade dos membros e servidores;
 - 6- Implantar a gestão por competência através da criação de um plano, programas, projetos e/ou ações.
-

OBJETIVOS	INDICADORES
Objetivo 2 Desenvolver ações de autocomposição para agilizar resolução dos conflitos.	2.1 Quantidade de demandas que envolvem técnicas de composição.

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Agilizar a resolução de conflitos através do fortalecimento dos núcleos de autocomposição;
 - 2- Assegurar a capacitação de servidores diretamente envolvidos nos processos de autocomposição;
 - 3- Fomentar a criação e a implantação de núcleos;
 - 4- Promover a divulgação dos serviços de autocomposição para a população.
-

OBJETIVOS	INDICADORES
Objetivo 3 Modernizar e expandir a infraestrutura física e tecnológica com vistas à otimização da gestão.	3.1 Quantidade de unidades reformadas/ construídas (DP); 3.2 Volume de investimento em estrutura de tecnologia da informação (DP).

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Adequar a infraestrutura física, incluindo as legislações pertinentes (acessibilidade, incêndio, outros).
 - 2- Aprimorar a gestão patrimonial por meio da aquisição, desenvolvimento e/ou melhoria dos sistemas de controle;
 - 3- Fomentar o uso de inovações tecnológicas por meio de investimentos em T. I.;
 - 4- Implantar a gestão de custos, incluindo a aquisição, desenvolvimento e/ou melhoria dos sistemas de controle;
 - 5- Instituir política de gestão de riscos, incluindo a aquisição, desenvolvimento e/ou melhoria dos sistemas de controle.
-

OBJETIVOS	INDICADORES
Objetivo 4 Otimizar o atendimento ao público (interno e externo) com foco nas necessidades do cidadão.	4.1 Quantidade de atendimentos referentes ao preso.

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Ampliar as ações da Ouvidoria nas relações entre o Estado e o cidadão;
 - 2- Melhorar os diversos canais de comunicação/informação entre os órgãos e o cidadão;
 - 3- Promover educação na qualidade do atendimento do servidor aprimorando seu relacionamento interpessoal e ao cidadão/cliente.
-

CONTROLE EXTERNO EM DEFESA DA SOCIEDADE – Programa 017



Contextualização

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí tem fomentado ações de fortalecimento das políticas públicas e combate à corrupção por meio da atuação de seus membros e servidores, objetivando alcançar mais efetividade na sua missão institucional.

Dessa forma, o estímulo ao controle social, às ações educativas e orientadoras e à transparência das informações referentes à administração pública é essencial para a construção de um Piauí mais inclusivo.

Para tanto, nos últimos exercícios, O TCE tem procurado aprimorar as práticas de governança e gestão, estimulando as competências técnicas e gerenciais para otimizar a aplicação de recursos públicos, bem como a adoção de novas soluções tecnológicas, visando aumentar a eficiência e a eficácia dos trabalhos de fiscalização e controle.

Público-Alvo

SOCIEDADE PIAUIENSE

Unidades Gestoras

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Objetivos e Diretrizes Setoriais

OBJETIVOS	INDICADORES
Objetivo 1 Aprimorar e incorporar boas práticas de governança e gestão.	1.1 Índice de transparência do Portal do TCE-PI; 1.2 Relação entre os servidores capacitados e o total de servidores.

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Adequar a infraestrutura às normas vigentes;
 - 2- Adotar práticas de logística sustentável;
 - 3- Aperfeiçoar a transparência da gestão pública no TCE-PI;
 - 4- Aperfeiçoar as ações educativas e orientadoras;
 - 5- Aprimorar as práticas de planejamento e gestão orçamentária e implementar a gestão de custos;
 - 6- Aprimorar a gestão patrimonial;
 - 7- Fomentar o uso de inovações tecnológicas a fim de atingir a transformação digital nas ações internas e externas do TCE-PI;
 - 8- Identificar, avaliar e implementar as melhores práticas nas atividades desenvolvidas no TCE-PI;
 - 9- Implementar a gestão por competência;
 - 10- Monitorar, por meio de indicadores, as atividades do TCE-PI.
-

OBJETIVOS	INDICADORES
Objetivo 2 Fortalecer o controle social e a participação da sociedade nas ações de controle externo.	2.1 Quantidade de demandas feitas pela sociedade junto à Ouvidoria do TCE; 2.2 Quantidade de horas de cursos de capacitação para a sociedade.

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Aprimorar as ações de aproximação do TCE/PI junto à sociedade, incentivando o controle social;
 - 2- Estimular e acompanhar a efetiva observância das normas de transparência da gestão pública no TCE-PI e jurisdicionados;
 - 3- Fortalecer a ouvidoria e a comunicação social;
 - 4- Manter e celebrar parcerias com outras instituições, conselhos sociais e organizações da sociedade civil.
-

OBJETIVOS	INDICADORES
Objetivo 3 Garantir a efetividade das ações do TCE-PI em prol do fortalecimento das políticas públicas e combate à corrupção.	3.1 Quantidade de relatórios emitidos de informação externa para subsidiar a atuação dos órgãos parceiros.

DIRETRIZES SETORIAIS

- 1- Aprimorar o desempenho técnico e gerencial, com a implementação de boas práticas, inclusive de logística sustentável;
 - 2- Aprimorar os procedimentos de responsabilização nos processos de fiscalização;
 - 3- Estimular e acompanhar a efetiva observância das normas de transparência da gestão pública no TCE-PI e jurisdicionados;
 - 4- Fomentar a gestão por resultados na administração pública;
 - 5- Fomentar o fortalecimento do controle interno dos jurisdicionados como forma de auxiliar o controle externo do TCE-PI;
 - 6- Fomentar o uso de inovações tecnológicas a fim de atingir a transformação digital nas ações internas e externas do TCE-PI;
 - 7- Manter e celebrar parcerias com outras instituições, conselhos sociais e organizações da sociedade civil;
 - 8- Monitorar, por meio de indicadores, as atividades do TCE-PI;
 - 9- Orientar fiscalizados sobre os procedimentos adotados pelo TCE-PI e atos de gestão pública;
 - 10- Padronizar os procedimentos e ações de controle externo alinhados às metodologias internacionais.
-



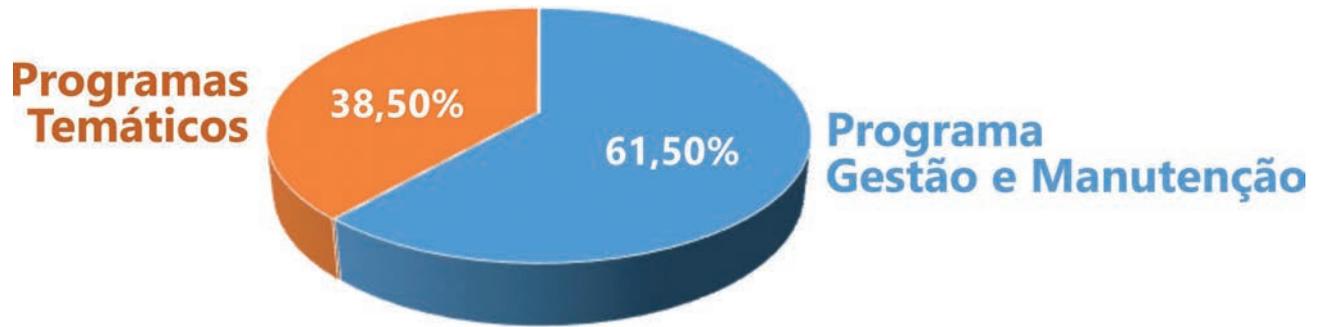
6.

Números do PPA

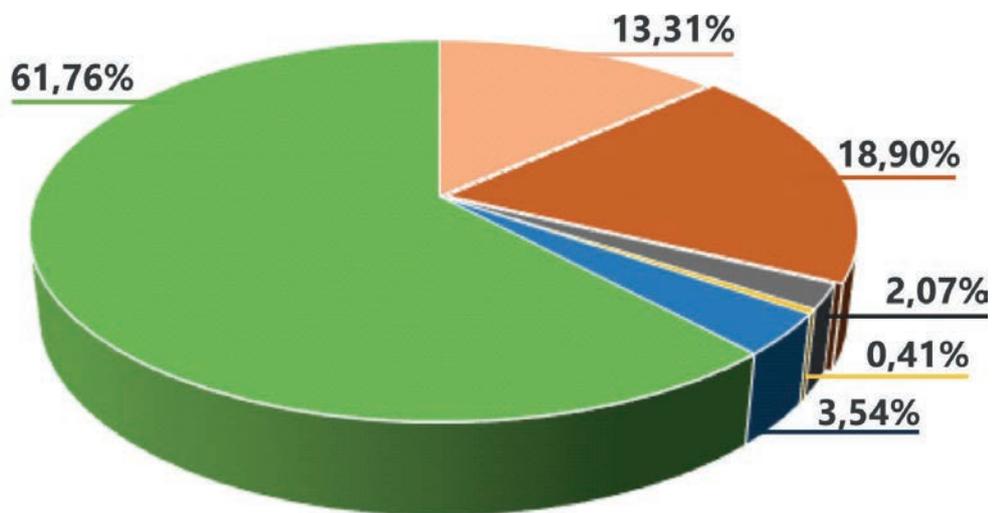
DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR PROGRAMAS/ANO

PROGRAMA/CATEGORIA DA DESPESA	2020	2021	2022	2023
0001 - PIAUÍ SAUDÁVEL	R\$ 1.413.395.391,00	R\$ 1.421.533.076,00	R\$ 1.459.462.001,00	R\$ 1.526.013.469,00
0002 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	R\$ 2.715.339.799,00	R\$ 2.455.843.483,00	R\$ 2.191.910.133,00	R\$ 2.617.164.251,00
0003 - PIAUÍ SEGURO	R\$ 304.272.759,00	R\$ 310.820.792,00	R\$ 317.630.270,00	R\$ 334.040.290,00
0004 - PIAUÍ COM MAIS CULTURA, ESPORTE E LAZER	R\$ 23.605.058,00	R\$ 19.705.750,00	R\$ 18.848.747,00	R\$ 21.292.252,00
0005 - AVANÇA PIAUÍ	R\$ 57.253.199,00	R\$ 53.418.512,00	R\$ 52.505.153,00	R\$ 55.423.882,00
0006 - PIAUÍ PRODUTIVO	R\$ 223.636.676,00	R\$ 213.830.486,00	R\$ 217.758.908,00	R\$ 228.106.521,00
0007 - PIAUÍ INCLUSIVO	R\$ 56.171.959,00	R\$ 52.895.232,00	R\$ 53.922.457,00	R\$ 56.381.323,00
0008 - PIAUÍ INTEGRADO E SUSTENTÁVEL	R\$ 455.555.568,00	R\$ 462.539.198,00	R\$ 471.642.755,00	R\$ 492.800.993,00
0009 - ATIVO VERDE	R\$ 200.000,00	R\$ 202.660,00	R\$ 206.596,00	R\$ 216.016,00
0010 - GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARENTE	R\$ 2.715.162.780,00	R\$ 2.745.949.764,00	R\$ 2.797.687.623,00	R\$ 2.964.664.924,00
0011 - PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR	R\$ 2.342.915.840,00	R\$ 2.461.133.940,00	R\$ 2.508.485.103,00	R\$ 2.623.393.096,00
0012 - ENCARGOS DE NATUREZA ESPECIAL	R\$ 1.313.123.274,00	R\$ 1.319.119.947,00	R\$ 1.319.119.947,00	R\$ 1.319.119.947,00
0013 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ RESOLUTIVO	R\$ 221.608.897,00	R\$ 135.424.000,00	R\$ 138.784.000,00	R\$ 137.920.000,00
0014 - GOVERNANÇA E APRIMORAMENTO DAS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO	R\$ 370.659.534,00	R\$ 416.968.077,00	R\$ 452.568.644,00	R\$ 488.471.868,00
0015 - JUSTIÇA E CIDADANIA	R\$ 663.506.986,00	R\$ 763.032.226,00	R\$ 796.913.196,00	R\$ 830.505.002,00
0016 - GESTÃO EFICIENTE ORIENTADA PARA GARANTIA DOS DIREITOS DOS HIPOSSUFICIENTES	R\$ 89.041.593,00	R\$ 102.719.250,00	R\$ 107.915.762,00	R\$ 113.372.842,00
0017 - CONTROLE EXTERNO EM DEFESA DA SOCIEDADE	R\$ 129.995.984,00	R\$ 145.811.502,00	R\$ 149.409.026,00	R\$ 154.639.263,00
0099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 10.350.010,00	R\$ 10.487.665,00	R\$ 10.691.336,00	R\$ 11.178.860,00
TOTAL	R\$ 13.105.795.307,00	R\$ 13.091.435.560,00	R\$ 13.065.461.657,00	R\$ 13.974.704.799,00

PERCENTUAL DE DISTRIBUIÇÃO POR FINALIDADE DE PROGRAMA



DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR DESAFIO ESTRATÉGICO



- Elevar a expectativa de vida do piauiense
- Elevar a escolaridade e a qualidade da educação
- Dinamizar a economia do Estado
- Reduzir a pobreza e todas as formas de desigualdade
- Promover o desenvolvimento sustentável
- Promover a gestão pública eficiente e participativa



7.

Considerações Finais

A metodologia gerencial de Orçamento por Resultados (OpR) integra as dimensões do PPA com as Ações Orçamentárias da LOA e seus valores, estabelecendo o grau de contribuição entre as Metas de Produto e de Resultado pactuadas no PPA. Esta nova forma de pensar o planejamento e a execução das ações implicam na construção de uma nova cultura de gestão pública para o Piauí.

Para que o PPA/Orçamento se consolide como instrumento gerencial, ajustes são requeridos na execução, especialmente as alterações e movimentações de recursos, que serão analisados no processo de monitoramento e na avaliação.

O processo de ajuste no modelo de planejamento do Estado continua pós elaboração do PPA com etapas que se referem ao redesenho dos processos que envolverão três eixos prioritários (planejamento, orça-

mento e execução), exigindo dos órgãos responsáveis os seguintes processos:

SEPLAN: elaborar os métodos de trabalhos e integração de processos entre a SUPLE (elaboração e monitoramento do PPA/LOA); SUTEF (execução orçamentária) e SUEPRO (gestão de projetos e convênios);

SEPLAN/SEFAZ: integração da execução orçamentária e financeira; e

SETORIAIS: reconfiguração e capacitação da RedePLAN.

Com esses desenhos e papéis bem definidos, o Estado poderá monitorar suas ações, avaliar os resultados obtidos e projetar os impactos na meta estabelecida na visão de futuro, tendo condições de mensurar sua contribuição para elevação do IDH e para o alcance dos ODS.

Passo-a-Passo da Construção de Plano Plurianual Orientado para Resultados

AONDE
QUEREMOS
CHEGAR?

1 VISÃO DE FUTURO

Orientação estratégica de primeiro nível e descrição da situação desejada para o futuro do estado. Deve ser suficientemente desafiadora, porém compatível com as possibilidades identificadas no diagnóstico



Finalidade: DEFINIR UM NORTE COMUM PARA TODA A ESTRUTURA DE GOVERNO E ENSEJAR A MOBILIZAÇÃO E O ENGAJAMENTO

Visão de Futuro Piauí 2030:

- *'Piauí desenvolvido e sustentável'*
 - **Meta Síntese:** Elevar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no estado, mediante alavancagem do nível de Renda (domiciliar) per capita, da expectativa de vida e da escolaridade média da população piauiense.

COMO
ESTAMOS?



2 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

- Pesquisa Qualitativa (entrevistas e consultas)
- Pesquisa Quantitativa (análise retrospectiva a partir de 225 indicadores socioeconômicos públicos comparáveis)

Finalidade: IDENTIFICAR POTENCIALIDADES, GARGALOS ESTRATÉGICOS DO ESTADO E AS PRIORIDADES PARA O CICLO DO PPA

Exemplos:

1. Baixo nível de renda domiciliar *per capita* na comparação com os demais estados brasileiros
2. Baixa expectativa de vida, mesmo em comparação com os demais estados do Nordeste
3. Baixos níveis de escolaridade e proficiência educacional na comparação com demais UFs do Brasil e Nordeste

3 DESAFIOS ESTRATÉGICOS

Mudanças de longo prazo que se deseja efetivar na sociedade e que, uma vez concretizadas, aproximam o estado da situação descrita em sua Visão de Futuro. Essas mudanças transversais explicitam as complementariedades e sinergias entre os órgãos e entidades de Estado, servindo de base para a definição dos Programas Temáticos do PPA



Finalidade: SINTETIZAR AS PRINCIPAIS NECESSIDADES E OPORTUNIDADES DO ESTADO EM UM CONJUNTO SINÉRGICO DE DESAFIOS

Desafios Estratégicos Piauí 2030:

1. Elevar a expectativa de vida do piauiense
2. Elevar a escolaridade e a qualidade da educação
3. Dinamizar a economia do estado
4. Reduzir a pobreza e todas as formas de desigualdade
5. Promover o desenvolvimento sustentável
6. Promover a gestão pública eficiente e participativa



4 OBJETIVOS

Resultados finalísticos temáticos de médio prazo que devem ser alcançados em cada setorial até 2023. O alcance das metas a eles atribuídas contribui para que, no longo prazo, o estado supere os Desafios Estratégicos selecionados

Finalidade: INDICAR AS TRANSFORMAÇÕES A SEREM ALCANÇADAS, EM CADA SETORIAL, NO HORIZONTE DE TEMPO DO PPA

Exemplos:

1. Elevar o grau de proficiência dos alunos da rede pública em todos os níveis de Ensino
2. Garantir o aumento da resolatividade e a redução da morbimortalidade materna e na infância
3. Promover a segurança pública para prevenir e reduzir a letalidade humana, a violência contra pessoas e os danos ao patrimônio

COMO
VAMOS
CHEGAR
LÁ?

5 DIRETRIZES SETORIAIS

Orientações estratégicas que indicam o caminho escolhido pelos órgãos e entidades de Estado, tendo em vista o alcance dos objetivos pactuados



Finalidade: DEFINIR AS PRIORIDADES DE EXECUÇÃO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GOVERNO ESTADUAL EM CADA PROGRAMA DO PPA

Exemplos:

1. Ampliar a oferta de vagas de educação em tempo integral
2. Garantir o acesso de gestantes e crianças aos sistemas de apoio logístico, de diagnóstico e terapêutico
3. Desenvolver o programa de monitoramento integrado, contemplando o parque tecnológico das unidades de segurança, a segurança eletrônica de empresas privadas e os sistemas municipais e estaduais.



6 AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Instrumentos de organização, programação e operacionalização dos recursos e iniciativas necessários ao cumprimento e operacionalização das diretrizes selecionadas, em cada Território. Devem ser pactuadas não apenas entre os órgãos, entidades e equipes do governo, como também com a própria sociedade, por intermédio dos CTDS

Finalidade: DELINEAR AS INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS À OPERACIONALIZAÇÃO DAS DIRETRIZES DEFINIDAS

Exemplos:

1. Construção, reforma, ampliação e adequação física de escolas da rede pública estadual
2. Construção, reforma, ampliação e equipamento de 5 centros (macro)regionais de especialidades
3. Fortalecimento das ações de prevenção da gravidez na adolescência
4. Reaparelhamento e Modernização das Unidades de Segurança Pública



PLANO PLURIANUAL
ORIENTADO PARA RESULTADOS

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV

Secretário: Merlong Solano Nogueira

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SASC

Secretário: José Ribamar Noletto de Santana

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – SECULT

Secretário: Fábio Nunez Novo

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL

Secretário: Geraldo Magela Barros Aguiar

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDUC

Secretário: Ellen Gera de Brito Moura

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ

Secretário: Rafael Tajra Fonteles

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – SEINFRA

Secretário: Deusval Lacerda de Moraes

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – SEJUS

Secretário: Carlos Edilson Rodrigues Barbosa de Sousa

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESAPI

Secretário: Florentino Alves Veras Neto

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SSP-PI

Secretário: Fábio Abreu Costa

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

Secretário: Gustavo Henrique Mendonça Xavier de Oliveira

SECRETARIA DE ESTADO DA MINERAÇÃO, PETRÓLEO E ENERGIAS RENOVÁVEIS

Secretário: Howzembergson de Brito Lima

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO – SDE

Secretário: Igor Leonam Pinheiro Néri

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR – SAF

Secretário: Herbert Buenos Aires de Carvalho

SECRETARIA DE ESTADO DO AGRONEGÓCIO E EMPREENDEDORISMO RURAL – SEAGRO

Secretária: Simone Pereira de Farias Araújo

SECRETARIA DE GOVERNO

Secretário: Osmar Ribeiro de Almeida Junior

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEMAR

Secretária: Sádía Gonçalves de Castro

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETUR

Secretária: Carina Thomaz Camara

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES – SETRANS

Secretário: Manoel Gustavo Costa de Aquino

SECRETARIA ESTADUAL PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – SEID

Secretário: Mauro Eduardo Cardoso e Silva

INSTITUTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ – IAEPI

Diretor-geral: Luiz Claudio Lima Macedo

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PIAUÍ – IASPI

Diretora-geral: Daniele Amorim Aita

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EXTENSÃO RURAL DO PIAUÍ – EMATER-PI
Diretor-geral: Francisco Guedes Alcoforado Filho

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ – IDEPI
Diretor-presidente: Leonardo Sobral Santos

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PIAUÍ – IMEPI
Diretor-geral: Maycon Danylo Araújo Monteiro

INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ – INTERPI
Diretor-geral: Francisco Lucas Costa Veloso

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ANTONINO FREIRE – ISEAF
Diretora: Gildete Milú da Silva Sousa

FUNDAÇÃO ANTARES – RÁDIO E TV EDUCATIVA
Presidente: Humberto Coelho Silva

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ – FAPEPI
Presidente: Antônio Cardoso do Amaral

FUNDAÇÃO DE ESPORTES DO PIAUÍ – FUNDESPI
Presidente: Cle Milton Luiz Queiroz Granja

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
Reitor: Nougá Cardoso Batista

FUNDAÇÃO ESTATAL PIAUIENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES – FEPISERH
Presidente: Welton Luiz Bandeira de Souza

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ – ADAPI
Diretor-geral: José Genilson Sobrinho

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO PIAUÍ – ADH
Diretora-presidente: Gilvana Nobre Rodrigues Gayoso Freitas

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO PIAUÍ
Diretor-geral: Luiz Mauro Cordeiro de Araújo

AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO PIAUÍ – ATI
Diretor-geral: Antônio Torres da Paz

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ – DER-PI
Diretor-geral: José Dias de Castro Neto

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN-PI
Diretor-geral: Arão Martins do Rego Lobão

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ – JUCEPI
Diretora-presidente: Maria Alzenir Porto da Costa

AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ – PIAUÍ FOMENTO
Diretor-presidente: Luiz Carlos Éverton de Farias

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA
Diretor-presidente: Roberto Alves Pereira

COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTE PÚBLICO – CMTPI
Diretor-presidente: Paulo César de Sousa Martins

EMPRESA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A – AGESPISA
Presidente: Genival Brito de Carvalho

EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO – EMGERPI
Presidente: Décio Solano Nogueira

PLANEJAMENTO
Secretaria de Estado
do Planejamento / SEPLAN



Piauí
GOVERNO DO ESTADO